DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quarta- feira, 20 de julho de 1977 — ANO II - Nº 137

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.779 DE 14 DE JULHO DE 1977

Aprova a planta do Setor que menciona

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ítem II, do artigo 20, da Lei nº. 3751, de 13 de abril de 1.960, e tendo em vista o constante do processo nº. 030578/76,

D E C R E T A :

Art. 1º. - Fica aprovada a planta nº. SQS PR - 495/1 que retifica a de nº. PR- 123/7 da Super Quadra Sul - Eixo Rodoviário Sul - Quadra 204.

Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 14 de julho de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES

DECRETO No. 3.780 DE 15 DE julho DE 1977

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, direitos de arrendamento e benfeitorias que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VI, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e nos termos do artigo 5º, da letra i , do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e

CONSIDERANDO a necessidade da ligação rodoviária da Ceilândia à Estrada Parque Taguatinga, obra prioritária que tem por objetivo propiciar transporte a numerosa população;

CONSIDERANDO que a rodovia já se encontra contratada e em execução e atingirá parte das Chácaras ns. 15 e 16 do Núcleo Rural Taguatinga, imóveis pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e outorgados em regime de arrendamento;

CONSIDERANDO que o interesse público determina urgência na ocupação parcial dos mencionados imóveis, evitando-se atraso na execução da obra contratada,

D E C R E T A :

Art. 1º. São declarados de utilidade pública para efeitos de desapropriação os direitos de arrendamento das Chácaras ns. 15 e 16, decorrentes dos contratos celebrados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil com Jinkichi Maeda e Jiro Onoyama, em 14 de janeiro de 1960, exclusivamente sobre as faixas de terras descritas e caracterizadas no Anexo I deste Decreto, assim como as benfeitorias e plantações existentes dentro dos perímetros estabelecidos.

Parágrafo 1º. Fazem parte integrante deste Decreto a Planta que define as áreas cujos direitos de arrenda - mento são declarados de utilidade pública

Art. 2º. Fica proibida a realização de quaisquer benfeitorias úteis ou voluptuárias nas áreas compreendidas dentro dos perímetros descritos no Anexo I deste Decreto, as quais não serão indenizadas nos termos do parágrafo único do Artigo 26 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. O presente Decreto integra o Livro V, da Consolidação das Normas Administrativas do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º do Decreto 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 15 de julho de 1977.

89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

JOSÉ GERALDO MACIEL

PEDRO DO CARMO DANTAS

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

ANEXO I

DECRETO Nº 3.780 , de 15 de julho de 1977.

Memorial Descritivo das Áreas cujos direitos de arrendamento são declarados de utilidade pública.

Chácara nº 15

Área de configuração irregular, medindo 5.200,00 m2 delimitada pela cerca existente A' B' e a linha da faixa de domínio C' D', afastada 5,00 m do bordo da pista da esquerda, partindo na altura da estaca 82 até à altura da estaca 103, conforme planta anexa.

Levantamento da cerca existente:

Partindo da estaca 68 + 15,15 m (PCD) do trecho a ser implantado, fazendo um ângulo à esquerda de 133º 06' 30", segue uma tangente de 104,00 m até o centro do bordo direito do bueiro de concreto (pista antiga), flete à esquerda 11º 28', segue outra tangente de 13,15 m (largura do bueiro) até o centro do bordo esquerdo do mesmo bueiro, flete 88º 50' para a direita uma tangente de 170,00 m até o início da cerca (ponto A'), flete para a direita 7º 45', segue 280,00 m, flete para a esquerda 1º 07', segue 20,00 m, flete 2º 46' para a esquerda, segue 63,30 m, flete 6º 46' para a esquerda, segue 64,70 m, flete 6º 51', para a esquerda 62,30 m (ponto D') flete 6º 32' para a esquerda, segue 64,50 m, encontrando um ponto B', que é o prolongamento da cerca da chácara nº 16, fazendo um ângulo de 103º 35'. Retornando ao ponto D', partimos com uma linha paralela ao bordo esquerdo da pista da esquerda, na altura da estaca 103, com afastamento de 5,00 m deste bordo, até ao ponto C' na altura da estaca 82, conforme planta anexa.

Chácara nº 16.

Área de configuração irregular, medindo 25.600,00 m2, sendo delimitada pela cerca existente AB, retornando ao

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de ante cedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:

Anexo I do Palácio do Buriti 6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 256830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço de número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

Córrego Cortado, por uma linha paralela ao bordo da pista direita, com afastamento de 5,00 m deste bordo, partindo na altura da estaca 112 (C), até a estaca 77 (trecho em que o bordo da pista passa cortando) e da estaca 77 com afastamento de 5,00 m da saia do aterro, até as proximidades da estaca 69 (D - Córrego Cortado), conforme planta anexa.

Levantamento da cerca existente:

Partindo da estaca 68 + 15,15 m (PCD), do trecho a ser implantado fazendo um ângulo à esquerda de 133º 06'30'', segue uma tangente de 104,00 m até o centro do bordo direito do bueiro de concreto (pista antiga), flete para a direita 54º 03', segue 23,30 m encontrando a ponta da cerca (ponto A), flete para esquerda 126º 45', segue 48,80 m, flete para a direita 3º 12', segue 33,20 m, flete 4º 01', segue 56,50 m, flete para a direita 3º 49' 30'', segue 331,10 m, flete para a esquerda 1º 13', segue 51,00 m flete para a esquerda 2º 56' 40'', segue 119,00 m, flete para a esquerda 2º 27' 30'', segue 48,00 m, flete para a esquerda 1º 37' 30'', segue 47,80 m, flete para a esquerda 11º 08' 40'', segue 12,40 m encontrando o vértice da cerca (ponto B), flete para a direita 107º 17', seguindo em tangente aproximadamente 140,00 m até a extremidade da faixa de domínio (ponto C), segue pela linha da faixa de domínio até o ponto D (Córrego Cortado), seguindo a margem direita até o ponto A (início da cerca), conforme planta anexa.

DECRETO Nº 3.781 DE 18 DE JULHO DE 1977.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 500.000,00 (*Quinhentos mil cruzeiros*), a dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 006.890/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar no valor de Cr$ 500.000,00 (Quinhentos mil Cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:
08472352.037 - Assistência Financeira à Entidades Privadas do Distrito Federal
3.2.1.0 - Subvenções Sociais 500.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que tratar o artigo anterior será financiado nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação da dotação orçamentária que se segue da própria Secretaria de Educação e Cultura:
08472352.037 - Assistência Financeira à Entidades Privadas do Distrito Federal
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros 500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 18 DE JULHO DE 1977.

98º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 3.782 DE 18 DE JULHO DE 1977.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 729.000,00 (*Setecentos e vinte e nove mil cruzeiros*), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 006.568/77,

D E C R E T A :

Art. 1º- Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar no valor de Cr$ 729.000,00 (Setecentos e vinte e nove mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

08472361.081 - Programa de Livro Didático
3.2.7.2 - 03 - Outros Custeios ..... 729.000,00.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 48, parágrafo 1º, Item III, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação das dotações orçamentárias que se seguem, da própria Secretaria de Educação e Cultura:

08472361.081 - Programa do Livro Didático
3.1.2.0 - Material de Consumo 449.800,00
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros 50.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos 229.200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 18 de julho de 1.977

89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 008942/77
INTERESSADO: JOÃO ALMEIDA DE BARROS LIMA - Mat. 108708 - 08 - FHDF.
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - MEC)

Senhor Governador:

Pelo não atendimento do afastamento, por não se enquadrar nos termos do artigo 5º, do Decreto nº 2.628/74.

Brasília, 04 de julho de 1977.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo.
Comunique - se da impossibilidade do atendimento..
Brasília, 04 de junho de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador.

Gabinete Civil

PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto E nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar Abelardo da Silva Gomes, Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, a viajar à cidade de São Luiz/MA, de 17 a 24 de julho do corrente ano, para participar do VII Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito - Área de Direito Penal e Penitenciário, representando aquele Conselho.

Distrito Federal, 15 de julho de 1977

CRISÓSTOMO GUANAES DOURADO
Chefe do Gabinete Civil - Substituto

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 66/77
DE 18 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Designar MÁRIA AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA, para substituir o Diretor da Divisão de Administração, deste Departamento, em seus impedimentos eventuais, a partir desta data.

Brasília, 18 de julho de 1977

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

Processo nº: 20.707/77
INTERESSADO: SOUVENIR BRASILIA LTDA.

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º, do Decreto nº 1.703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor da firma acima mencionada, para atender despesas com aquisição de brindes a serem oferecidos aos Exmºs. Srs. Governadores do Piauí e Pernambuco Secretários de Estado presentes ao III Encontro Nacional de Secretários de Administração e seus Assessores, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros).

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 16.440/77
INTERESSADO: GRACE OLIVEIRA DE ANDRADE, mat. 8.692 - SEC
ASSUNTO: Licença para trato de interesse particular

CONCEDO nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, a partir de 1º de agosto do corrente ano.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº 20.307/77
Interessado: PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S/A

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1.703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor da firma PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S/A, para atender despesas com a recuperação do veículo marca Ford Galaxie, Placa OF - 5917, pertecente ao Governo do Distrito Federal, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta cruzeiros).

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 016.791/77
INTERESSADO: FERNANDO SARMENTO DE FREITAS - Mat. 3.900 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 429.471/77
INTERESSADO: PAULINA ALVES RIBEIRO DA SILVA - Mat. 8.766 - FEDF
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 425.462/77
INTERESSADO: ALZENIR SANTOS LEITE - Mat. 4.632 - SEC
ASSUNTO: TORNA SEM EFEITO LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Torno sem efeito a licença para trato de interesse particular, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 95, de 1º/11/76, concedida à servidora ALZENIR SANTOS LEITE, Professora de Ensino Elementar, nível 12 - A, matrícula nº 4.632, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, tendo em vista o despacho da CSP - SEA, exarado às fls. 20 do presente processo.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o constante do Processo nº. 063.313/75,

RESOLVE:

Designar EDISON DEL PAPA, ROBERTO WALTER DE CASTRO e MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, Assessores, Código DAS - 102.1, da Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem nova Comissão de Processo Administrativo incumbida de concluir os trabalhos de que trata o referido processo.

Brasília, 15 de julho de 1977.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o constante do Processo nº. 001.001/77,

RESOLVE:

Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS - 102.1, da Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem nova Comissão de Processo Administrativo incumbida de concluir os trabalhos de que trata o referido processo.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o constante do Processo nº. 025.619/74,

RESOLVE:

Designar EDISON DEL PAPA, ROBERTO WALTER DE CASTRO e JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA, Assessores, Código DAS 102.1, da Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem nova Comissão de Processo Administrativo incumbida de concluir os trabalhos de que trata o referido processo.

Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 19 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1 975, GILZA MARQUES GUIMARAES, Técnico de Administração, Código NS - 715.4, matrícula nº 4 982, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo expediente da Seção de Controle, da Divisão de Programação e Controle, da Coordenação do Sistema de Material desta Secretaria, Símbolo FC - 05, no período de 18.07 a 16.08.77, por motivo de férias de seu titular, sem prejuízo do efetivo exercício da Função em Comissão de Assistente do Serviço de Merceologia, Símbolo FC - 05, de que é titular.
Brasília, 19 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER - Secretário de Administração

PORTARIA DE 19 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 978, de 14 de agosto de 1 975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975, SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 11.007, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Processamento de Compras, da Divisão de Compras, da Coordenação do Sistema de Material desta Secretaria, no período de 15.07 a 13.08.77 por motivo de licença para tratamento de saúde de seu titular.
Brasília, 19 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER - Secretário de Administração

PORTARIA DE 19 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 01, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1 975, EUCLIDES DE SOUZA LOBO, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 16.190, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Expediente da Coordenação do Sistema de Material, desta Secretaria, Símbolo FC - 08, no período de 26.07 a 24.08.77, por motivo de férias de seu titular.
Brasília, 19 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER - Secretário de Administração

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 403/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXXIV, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

Autorizar os servidores WANDERVAL ALVES DA COSTA, Assessor, Símbolo EC- 03, mat. 063/IDR e DORIVAL LOURENÇO DA CUNHA, Advogado, Símbolo EP- 26, mat. 023/IDR, para viajarem à cidade de Curitiba- PR, em objeto de serviço, no período de 17/07 a 23/07/77, a fim de participarem do Seminário Nacional de Estratégias para a Administração Pública.
Brasília- DF., 14 de julho de 1977.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 404/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXI, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

ARBITRAR 14 (quatorze) diárias no valor unitário e total com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20 de outubro de 1.952, na forma do disposto no item I do Artigo 3º do Decreto nº 1.735, de 06 de julho de 1.971, conforme discriminação abaixo:

Nome: WANDERVAL ALVES DA COSTA
Símbolo: EC- 03
Unitário: 770,40
Total: 5.392,80
Nº Diárias: 07 (sete)

Nome: DORIVAL LOURENÇO DA CUNHA
Unitário: 770,40
Total: 5.392,80
Nº Diárias: 07 (sete)

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, aos funcionários acima relacionados.

Brasília- DF., 14 de julho de 1977.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 405/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 22, Inciso XXVII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar NADIR PEREIRA MENDES GARCIA, Professora da Fundação Educacional do Distrito Federal; MARIA ABADIA DE ABREU, matrícula IDR nº 107; INOCÊNCIO PLINIO FIOREZE, matrícula IDR nº 091; para, sob a presidência da primeira, comporem a Banca Examinadora da Prova de Comunicação e Expressão e Redação Oficial do Concurso Público para Datilógrafo, conforme Edital nº 065/77- IDR.

Brasília, 14 de julho de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 017/77- SEF, DE 14 DE JULHO DE 1977

Aprova a Tabela de Aferição da Produtividade das Atividades Fiscais a que se refere o Decreto nº 3.776, de 11 de julho de 1977, o Quadro Analítico de Atividades Especiais e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o artigo 5º do Decreto nº 3.776, de 11 de julho de 1977,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica aprovada a Tabela de Aferição da Produtividade das Atividades Fiscais- Anexo I- para fins de concessão da Gratificação de Produtividade, regulamentada pelo Decreto nº 3.776, de 11 de julho de 1977.

Art. 2º- Os percentuais da Gratificação de Produtividade serão fixados à vista do número de pontos obtidos, pelos Fiscais de Tributos, no desempenho das atividades constantes da Tabela, na forma seguinte:

I- 0,2% (dois décimos por cento) de produtividade, por ponto, calculados sobre o vencimento do Fiscal de Tributos, obedecido o limite máximo de 28% (vinte e oito por cento);

II- 0,4% (quatro décimos por cento) de produtividade, por dia de efetivo exercício, calculados sobre o vencimento do Fiscal de Tributos, obedecido o limite máximo de 12% (doze por cento).

Parágrafo único- Os percentuais de que tratam os itens I e II deste artigo serão somados para efeito de concessão da Gratificação de Produtividade.

Art. 3º- As atividades desenvolvidas pelo Fiscal de Tributos serão discriminadas em Relatórios aprovados pelo Diretor do Departamento da Receita.

Art. 4º- A atribuição de produtividade para Fiscal de Tributos em exercício de Cargo ou Função integrantes dos Grupos- Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistencia Intermediárias, será feita pelo seu superior imediato na forma a ser estabelecida por Ordem de Serviço do Diretor do Departamento da Receita.

Parágrafo único- A regra deste artigo se aplica aos Fiscais de Tributos ocupantes de Função em Comissão.

Art. 5º- Além dos critérios estabelecidos nesta Portaria, observar-se- á:

I- em relação aos Fiscais de Tributos lotados em unidades do Departamento da Receita, com frequência integral no mês, o percentual de Gratificação não poderá ser inferior a 12% (doze por cento);

II- em relação aos Fiscais de Tributos ocupantes de cargo ou função integrantes dos Grupos- Direção e Assessoramento Superiores e Direção de Assistência Intermediárias, observado o Parágrafo único do artigo anterior, os percentuais de Gratificação serão atribuídos como segue:

a)- 12% (doze por cento) relativos à freqüência integral no mês;

b)- até 23% (vinte e três por cento) a critério do superior imediato.

III- Em relação aos Fiscais de Tributos no desempenho de atividades de planejamento, orientação, controle e avaliação, constantes do Quadro Analítico de Atividades Especiais - Anexo II - os percentuais de Gratificação serão concedidos como segue:

a)- 12% (doze por cento) relativos à freqüência integral no mês;

b)- até 23% (vinte e três por cento), a critério do superior imediato.

IV- Em relação aos Fiscais de Tributos que forem colocados em serviço interno no Departamento da Receita, para o desempenho de atividades próprias do cargo, não relacionadas nos itens anteriores, os percentuais de Gratificação serão atribuídos como segue:

a)- 12% (doze por cento) relativos à freqüência integral do mês;

b)- até 28% (vinte e oito por cento) de acordo com o desempenho das atividades de que trata o Anexo I.

Art. 6º- A designação de servidor para desempenhar atividades não integrantes dos Anexos I e II desta Portaria, será feita pelo Secretário de Finanças, que indicará os pontos a serem atribuídos.

Art. 7º- Implicará em responsabilidade funcional a atribuição indevida de pontos para fins de Produtividade.

Art. 8º- A produtividade de que trata esta Portaria não poderá ultrapassar o limite médio mensal de 30% (trinta por cento).

Parágrafo 1º - Não serão computados, para efeito do limite previsto neste artigo, os percentuais da Gratificação de Produtividade concedida aos Fiscais de Tributos que se encontrem nas situações indicadas nos incisos II e III do artigo 5º desta Portaria.

Parágrafo 2º- Quando o limite médio mensal de que trata este artigo for superior a 30% (trinta por cento), o excesso será diminuído proporcionalmente, na forma disposta por ato do Diretor do Departamento da Receita.

Art. 9º- Os pontos serão apurados mensalmente, até o dia 25, pelo Departamento da Receita que encaminhará relação dos percentuais à Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças até o dia 30, para fins de pagamento.

Art. 10- Serão atribuídos pontos negativos na mesma proporção da Tabela- Anexo I- para os casos em que ocorrer insubsistência do procedimento fiscal ou se a tarefa houver que ser repetida.

Art. 11- As tarefas executadas em conjunto por dois ou mais Fiscais de Tributos terão os pontos divididos igualmente entre os executantes.

Art. 12- Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Finanças.

Art. 13- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Distrito Federal, 14 de julho de 1977.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

TABELA DE AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE DAS ATIVIDADES FISCAIS A QUE SE REFERE O ARTIGO 5º DO DECRETO Nº 3.776,DE 11 DE JULHO DE 1977

ANEXO 1

ATIVIDADE	NATUREZA DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
01	LEVANTAMENTO E CONCLUSÃO FISCAL FIRMAS SEM ESCRITURAÇÃO FISCAL	POR EXERCÍCIO	
	01 - Demonstrativo de Operações com incidência do ISS		1,00
	02 - Demonstrativo da conta mercadoria		1,50
	03 - Demonstrativo de apuração de estoque		0,50
	04 - Demonstrativo de lucro bruto		0,50
	05 - Demonstrativo de custo de mercadorias		0,50
	06 - Demonstrativo de Apuração de despesas		0,50
	07 - Demonstrativo de lucro líquido		0,50
	08 - Demonstrativo da conta corrente do ICM		1,50
	09 - Demonstrativo de lucro bruto com desdobramento de mercadorias tributáveis e não tributáveis		1,00
02	LEVANTAMENTO E CONCLUSÃO FISCAL FIRMAS COM ESCRITURAÇÃO COMERCIAL		
	01 - Demonstrativo de operações com incidência do ISS		2,00
	02 - Demonstrativo da conta mercadoria		2,00
	03 - Demonstrativo de apuração de resultados (conclusão fiscal)		1,50
	04 - Demonstrativo da conta caixa		2,00
	05 - Demonstrativo da conta caixa, com apropriações de outros valores		4,00
	06 - Demonstrativo da conta fornecedores		2,50
	07 - Demonstrativo da conta fornecedores, com apropriações de outros valores		5,00
	08 - Demonstrativo da conta bancos		2,00
	09 - Demonstrativo da conta bancos, com apropriação de outros valores		4,00
	10 - Demonstrativo da conta corrente do ICM		1,50
	11 - Demonstrativo de lucro bruto, com desdobramento de mercadorias tributáveis e não tributáveis		1,00
	NOTA: Para as firmas integrantes do Cadastro Especial de Contribuintes, os pontos constantes das atividades 01 e 02, serão acrescidos de 30% (trinta por cento).		
03	LEVANTAMENTO FÍSICO DE ESTOQUE, QUANDO EXPRESSAMENTE DESIGNADO	POR DIA ÚTIL	7,00
04	CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS	POR DOCUMENTO	
	01 - Notas Fiscais		0,02
	02 - Duplicatas, títulos, notas promissórias e outros		0,02
05	COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE QUE DECORRA PROCEDIMENTO FISCAL	POR COMUNICAÇÃO	0,50
06	TERMO DE ARRECADAÇÃO DE DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS	POR TERMO	0,50
07	LAVRATURA DE AUTO DE APREENSÃO	POR TERMO	
	01 - De documentos fiscais		0,50
	02 - De mercadorias, em trânsito ou em estabelecimento comercial, em tributo a recolher de:		
	- até Cr$.1.000,00		1,00
	- de Cr$.1.001,00 até Cr$.5.000,00		3,00
	- acima de Cr$.5.000,00		6,00
08	INTIMAÇÃO ATENDIDA	POR INTIMAÇÃO	
	- obrigação acessória		1,00
09	AUTO DE INFRAÇÃO - obrigação acessória	POR AUTO	2,00
10	BATIDAS FISCAIS CONVOCADAS	POR PERÍODO DE 8 HORAS	
	- diurnas		7,00
	- noturnas, feriados, ponto facultativo, sábados e domingos (não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar a 10 (dez) convocações mensais e sendo proporcional ao número de horas trabalhadas).		10,00
11	BAIXA DE OFÍCIO REQUERIDA PELO FISCAL	POR BAIXA	0,10
12	LAVRATURA DE TERMO DE FISCALIZAÇÃO CIRCUNSTANCIADO	POR TERMO	
	01 - início de ação fiscal		0,50
	02 - encerramento de ação fiscal		1,00
	03 - encerramento de livros fiscais em baixa de inscrição		0,20
13	INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO OU AUTO DE INFRAÇÃO COM TRIBUTO A RECOLHER, DE:		
	01 - até Cr$.1.000,00		1,00
	02 - de Cr$.1.001,00 até Cr$.5.000,00		3,00
	03 - de Cr$.5.001,00 até Cr$.30.000,00		6,00
	04 - de Cr$.30.001,00 a Cr$.50.000,00		15,00
	05 - acima de Cr$.50.000,00		21,00
	NOTA: Nos casos de Intimação ou Notificação, os pontos somente serão atribuídos após o seu cumprimento.		
14	RETENÇÃO DA 2a. VIA DE NOTAS FISCAIS SÉRIE "ESPECIAL MANIFESTO DE CARGA" EMISSÃO DE CONTRIBUINTES DO DISTRITO FEDERAL, COM PREENCHIMENTO DO RESPECTIVO TERMO	POR DOCUMENTO	0,70
15	PLANTÃO FISCAL	POR DIA	7,00
	01 - Orientação a contribuintes		
	02 - Recebimento e informação de documentos de arrecadação		
	03 - Emissão de notas fiscais avulsas		
	04 - Expedição de guias de transferência de bens ou mercadorias, sem incidência de tributo		
	05 - Outras tarefas pertinentes		
	NOTA: O limite máximo de designações de Fiscal de Tributos para a atividade de Plantão Fiscal, será de 8 (oito) por mês.		
16	OUTRAS ATIVIDADES FISCAIS	POR DIA	7,00
	01 - Fiscalização especial, em estabelecimento comercial		
	02 - Levantamentos fiscais, quando previamente designado		
	03 - Coleta de dados para análise e acompanhamento de preços, visando a *a elaboração da Pauta de Valores, quando expressamente designado*		
17	TRABALHO DE ALTO NÍVEL TÉCNICO E DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, APRESENTADO POR INICIATIVA PRÓPRIA DO FISCAL, VISANDO AO APRIMORAMENTO DO SISTEMA, DESDE QUE APROVEITADO		35,00

ATIVIDADE	NATUREZA DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
18	PRONUNCIAMENTO FISCAL EM PROCESSO	POR PROCESSO	
	01 - Apreciação circunstanciada de defesa, pelo autuante		2,00
	02 - Apreciação circunstanciada de defesa, por outro fiscal em virtude de afastamento legal do autuante		3,00
	03 - Diligência Fiscal Autorizada		1,50
19	DILIGÊNCIA AUTORIZADA JUNTO À EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS (IPTU e IT)...	POR IMÓVEL	0,18
20	FISCALIZAÇÃO DO IPTU ATRAVÉS DE:		
	01 - P.R.L.	POR PRL	0,35
	02 - Levantamento em unidades coletivas	POR IMÓVEL	0,15
	03 - Levantamento em unidades isoladas	POR IMÓVEL	0,30
	04 - Empresas imobiliárias	POR IMÓVEL	0,70
	05 - Cartórios	POR IMÓVEL	0,50
	06 - Conferência de Certidões Negativas nos Cartórios	POR IMÓVEL	0,40
	07 - Lavratura de Intimação, Notificação ou Auto de Infração		
	NOTA: A atribuição de pontos do item 07, por ação fiscal, será feita de acordo com a tabela constante da atividade 13.		
21	FISCALIZAÇÃO DO IT ATRAVÉS DE:		
	01 - Conferência de Guias de Recolhimento nos cartórios	TRANSAÇÃO	0,40
	02 - Apuração de diferença de SISA	TRANSAÇÃO	0,20
	03 - Conferência de Guia de Transmissão	POR GUIA	0,10
	04 - Lavratura de Intimação, Notificação ou Auto de Infração		
	NOTA: A atribuição de pontos do item 04, por ação fiscal, será feita de acordo com a tabela constante da atividade 13.		

ATIVIDADE	NATUREZA DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
22	NOTIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS		
	01 - de IPTU	EXERCÍCIO	0,20
	02 - de IT	TRANSAÇÃO	0,20
23	INFORMAÇÕES PRESTADAS EM PROCESSOS OU ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO FORMAL SOBRE SITUAÇÃO CADASTRAL, LANÇAMENTO, PAGAMENTO OU CANCELAMENTO REFERENTES:		
	01.01 - IPTU/IT	POR IMÓVEL	
	01.02 - ICM/ISS	POR CONTRIBUINTE	
	01.03 - DÍVIDA ATIVA	POR IMÓVEL OU POR CONTRIBUINTE	0,20
24	INFORMAÇÕES CADASTRAIS PRESTADAS EM:		
	01 - Certidões Negativas Imobiliárias	POR IMÓVEL	0,04
	02 - Certidões Negativas de Pessoas Físicas ou Jurídicas	POR CONTRIBUINTE	0,07
	03 - Guias de Imposto de Transmissão	POR GUIA	0,07
	04 - Pedido de Revisão de Lançamento	POR PRL	0,07
25	NOTIFICAÇÕES EMITIDAS:		
	01 - de IPTU	POR EXERCÍCIO	0,18
	02 - de IT	POR TRANSAÇÃO	0,18
	03 - de ISS (Profissional autônomo)	POR EXERCÍCIO	0,18
26	GUIAS DE RECOLHIMENTO EMITIDAS:		
	01 - de IPTU	POR IMÓVEL	0,18
	02 - de IT	POR IMÓVEL	0,18
	03 - de ISS (Profissional autônomo)	POR CONTRIBUINTE	0,35

ATIVIDADE	NATUREZA DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
26	04 - de Depósito	POR CONTRIBUINTE	0,18
	05 - de outras origens	POR DEPOSITANTE	0,18
27	FICHA DE ALTERAÇÕES EMITIDAS		
	01 - de IPTU	POR UNIDADE	0,07
	02 - de Valores	POR UNIDADE	0,07
28	CONFERÊNCIA DE FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	POR UNIDADE	0,04
29	CONFERÊNCIA DE CRÍTICA DE DIGITAÇÃO DE:		
	01 - Cadastro Físico	POR FAC	0,02
	02 - Cadastro de Valores	POR FAV	0,02
	03 - Arrecadação	POR AR	0,20
30	LEVANTAMENTOS IMOBILIÁRIOS:		
	01 - Em Cartório	POR IMÓVEL	0,50
	02 - Físico	POR IMÓVEL	1,75
	03 - Vistoria	POR IMÓVEL	1,00
31	AVALIAÇÕES:		
	01 - Em Guia de Imposto de Transmissão	POR GUIA	0,14
	02 - em Processos	POR IMÓVEL	0,20
	03 - Laudos Circunstanciados:		
	- com vistoria de imóvel	POR IMÓVEL	5,00
	- sem vistoria de imóvel	POR IMÓVEL	1,75
	04 - FAVs emitidas por pesquisa imobiliária	POR FAV	0,25

ATIVIDADE	NATUREZA DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
32	01 - Proposição Fundamentada de Diligência Fiscal	PROCESSO	1,00
	02 - Parecer Simples	PROCESSO	3,00
	03 - Parecer Complexo	PROCESSO	14,00

QUADRO ANALÍTICO DE ATIVIDADES ESPECIAIS - ANEXO II DA PORTARIA SRF Nº -17/77, DE 14 DE JULHO DE 1977

ATIVIDADE	TAREFAS	ÓRGÃO	DURAÇÃO	Nº FISCAIS	PERCENTUAL MÁXIMO DE GRATIFICAÇÃO ("a" e "b", III, art. 59)
Planejamento, Supervisão e análise em processos.	Despachos em processos de consultas, com recurso voluntário; redação de anteprojetos de decretos, portarias, ordens de serviço; elaboração de estudos e seleção de metas a serem desenvolvidas nos órgãos próprios de execução de planejamento visando a otimização do emprego dos recursos técnicos e humanos da fiscalização; supervisionar os planos e projetos apresentados ao Diretor do Departamento da Receita; instruir processos avocados pelo Sr. Diretor do DPR.	Gabinete do Diretor do DPR	Indeterminada	0*	até 35% por mês
Orientação, controle e avaliação das atividades fiscais, programação, projetos e análises	Elaboração de estudos p/ determinação do potencial contributivo de contribuintes; indicação de programas e avaliação dos resultados; estudos para aumento da arrecadação, maximização do emprego de mão-de-obra fiscal; avaliação dos procedimentos fiscais em curso e controle dos resultados; identificação de atividades não alcançadas pela tributação; elaboração do Plano Geral de Atividades Fiscais conforme diretrizes fixadas pela Administração; avaliação dos programas fiscais visando sua ordenação, continuidade e eficiência operacional.	Divisão de Fiscalização	Indeterminada	02	até 30% por mês

ATIVIDADE	TAREFAS	ÓRGÃO	DURAÇÃO	Nº FISCAIS	PERCENTUAL MÁXIMO DE GRATIFICAÇÃO ("a" e "b", III, art. 59)
Processamento de dados	Análise de rotinas fiscais para otimização dos recursos alocados; determinação de pontos de estrangulamento e indicação de soluções administrativas e técnicas; adequação dos sistemas de informações fiscais ao tratamento computarizado; racionalização dos fluxos de informações fiscais e respectivas rotinas; estudo, desenvolvimento e implantação de sistemas de controle de informações fiscais.	Departamento da Receita	Indeterminada	03	até 30%, por mês

SECRETARIA DE SAÚDE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

BOLETIM Nº 16/77- SP- SES. Em 29.06.77

FALTAS RELEVADAS- Art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Inez Mª de Oliveira
Matrícula: 5.912
Atestado: 33/77- BM- HRG
Período: 22.06.77 a 24.06.77

Servidor: Ineldes Soares Pereira
Matrícula: 6.930
Atestado: 31/77- BM- HRG
Período: 22.06.77

Servidor: Emiliana Soares da Rosa
Matrícula: 7.003
Atestado: 144/77- HB- DF
Período: 07.06.77 a 08.06.77

Servidor: Helena Gonçalves Magalhães
Matrícula: 8.214
Atestado: 147/77- HB- DF
Período: 16.06.77

Servidor: Nazaré Diniz de Carvalho
Matrícula: 8.594
Atestado: 155/77- HB- DF
Período: 20.06.77

Servidor: Julcineide Drumond Ponte
Matrícula: 8.604
Atestado: 34/77- BM- HRG
Período: 22.06.77 a 24.06.77

Servidor: Elvira Baptista Machado
Matrícula: 8.879
Atestado: 146/77- HB- DF
Período: 07.06.77 a 08.06.77

LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE -Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Mª Lúcia M. de Luca
Matrícula: 5.332
Atestado: 151/77- HB- DF
Período: 13.06.77 a 16.06.77
OBS: os dias 13, 14 e 15.06.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52.

LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Mª da Glória S. Ferrari
Matrícula: 5.288
Atestado: 150/77- HB- DF
Período: 01.06.77 a 15.06.77
OBS: os dias 01, 02 e 03.06.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52.

Servidor: Margarida Lima da Silva
Matrícula: 5.230
Atestado: 32/77- BM- HRG
Período: 20.06.77 a 23.06.77
OBS: os dias 20, 21 e 22.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: João Dutra Corrêa
Matrícula: 5.715
Atestado: 1601/77- DSM- CSP- SEA
Período: 03.06.77 a 30.06.77
OBS: os dias 03, 04, e 05.06.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Divina Rosa Gonçalves
Matrícula: 5.935
Atestado: 142/77- HB- DF
Período: 04.06.77 a 12.06.77
OBS: os dias 04,05 e 06.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Andy Saraiva Mariano Menezes
Matrícula: 6.102
Atestado: 1546/77- DSM- CSP- SEA
Período: 13.06.77 a 16.06.77
OBS: os dias 13,14 e 15.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Maria Izabel Pinto
Matrícula: 6.943
Atestado: 1625/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77 a 30.06.77
OBS: os dias 01,02 e 03.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE
Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Norbênio C. de França
Matrícula: 7.512
Atestado: 143/77- HB- DF
Período: 06.06.77 a 12.06.77
OBS: os dias 06.07 e 08.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Leila Pinto
Matrícula: 7.513
Atestado: 1620/77- DSM- CSP- SEA
Período: 03.06.77 a 12.06.77
OBS: os dias 03, 04 e 05.06.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Maria Luiza de Almeida
Matrícula: 7.533
Atestado: 1579/77- DSM- CSP- SEA
Período: de 02.05.77 a 04.05.77 e dia 08.06.77
OBS: os dias 02, 03 e 04.05.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52.

Servidor: Valdete Nogueira de Souza
Matrícula: 8.178
Atestado: 1642/77- DSM- CSP- SEA
Período: 06.06.77 a 14.06.77
OBS: os dias 06.07. e 08.06.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Madjal Vasconcelos
Matrícula: 12.113
Atestado: 139/77- HB- DF
Período: 03.05.77 a 27.05.77
OBS: os dias 03, 04 e 05.05.77 são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE - Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor : Maria Selma da Silva
Matrícula: 5.367
Atestado: 152/77- HB- DF
Período: 23.05.77 a 24.05.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE. Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Maria Selma da Silva
Matrícula: 5.367
Atestado: 153/77- HB- DF
Período: 14.06.77 a 16.06.77

Servidor: Nilza Dorea Leal
Matrícula: 5.447
Atestado: 148/77- HB- DF
Período: 28.05.77 a 10.06.77

Servidor: Elzira Duarte S. de Souza
Matrícula: 5.833
Atestado: 1553/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77

Servidor: Elzira Duarte S. de Souza
Matrícula: 5.833
Atestado: 1594/77- DSM- CSP- SEA
Período: 06.06.77 a 15.06.77

Servidor: Elza Calazans Alvarenga
Matrícula: 5.839
Atestado: 1623/77- DSM- CSP- SEA
Período: 31.05.77 a 14.06.77

Servidor: Divina Rosa Gonçalves
Matrícula: 5.935
Atestado: 145/77- HB- DF
Período: 13.06.77 a 18.06.77

Servidor: Divina Rosa Gonçalves
Matrícula: 5.935
Atestado: 154/77- HB- DF
Período: 20.06.77 a 04.07.77

Servidor: Maria Alice Pinto
Matrícula: 6.238
Atestado: 1565/77- DSM- CSP- SEA
Período: 30.05.77 a 03.06.77

Servidor: Edelzuita Tavares Nascimento
Matrícula: 6.262
Atestado: 30/77- BM- HRG
Período: 10.06.77 a 24.06.77

Servidor: Cacilda Regina S. Paulino
Matrícula: 7.493
Atestado: 1619/77- DSM- CSP- SEA
Período: 10.06.77 a 21.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: José Veloso de Godoy
Matrícula: 13.367
Atestado: 1622/77 - DSM- CSP- SEA
Período: 06.06.77 a 08.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE -
Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52.

Servidor: Afonso Machado da Silva
Matrícula: 00.316
Laudo: 1549/77 - DSM- CSP- SEA
Período: 04.06.77 a 03.07.77

Servidor: Nestor Rodrigues da Silva
Matrícula: 2.847
Laudo: 1466/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 15.07.77

Servidor: Ofélia Rosa Ferreira
Matrícula: 5.456
Laudo: 1559/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 16.06.77 a 30.06.77

Servidor: Orlanda Maria das Neves
Matrícula: 5.472
Laudo: 1498/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 08.06.77 a 10.06.77

Servidor: Sarah Vicente de Lima
Matrícula: 5.539
Laudo: 1526/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 22.06.77 a 26.06.77

Servidor: Valdetina Ferreira Macedo
Matrícula: 5.583
Laudo: 1526/77 - DSM- CSP- SEA
Período: 02.06.77 a 31.08.77

Servidor: Zita Gomes Menezes
Matrícula: 5.624
Laudo: 1647/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 15.06.77 a 30.06.77

Servidor: José Alves de Lima
Matrícula: 5.694
Laudo: 1553/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 16.06.77 a 31.12.77

Servidor: João Rafael
Matrícula: 5.709
Laudo: 1524/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 17.05.77 a 30.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Ercília Maria Lira
Matrícula: 5.827
Laudo: 1555/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 31.08.77

Servidor: Izabel Cordeiro Ferreira
Matrícula: 5.876
Laudo: 1690/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 22.06.77 a 30.06.77

Servidor: Irineu da Silva Campos
Matrícula: 5.897
Laudo: 1567/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 30.06.77

Servidor: Arlindo da Silva
Matrícula: 6.051
Laudo: 1568/77 - DSM-CSP - SEA
Período: 16.05.77 a 31.07.77

Servidor: Alfredo Xavier P. de Vasconcelos
Matrícula: 6.132
Laudo: 1601/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 31.08.77

Servidor: Terezinha Almeida do Amaral
Matrícula: 6.615
Laudo: 1578/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 21.06.77 a 20.10.77

Servidor: Terezinha Almeida do Amaral
Matrícula: 6.615
Laudo: 1486/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.06.77 a 20.06.77

Servidor: Nila Cardoso da Silva
Matrícula: 7.436
Laudo: 1491/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.06.77 a 03.09.77

Servidor: Maria Aparecida C. Fleury
Matrícula: 8.243
Laudo: 1548/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 02.06.77 a 06.07.77

Servidor: Luiz Brasílio da Silva
Matrícula: 12.198
Laudo: 1535/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 31.08.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE
Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: José Rodrigues de Freitas
Matrícula: 12.487
Laudo: 1537/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 26.05.77 a 31.07.77

Servidor: Izabina Atanázio de Souza
Matrícula: 12.636
Laudo: 1649/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 23.05.77 a 30.05.77

Servidor: Vicente de Paula Cruz
Matrícula: 16.327
Laudo: 1511/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 05.06.77 a 05.08.77

LICENÇA MOTIVO DOENÇA PESSOA DA FAMILIA
Art. 106 da Lei 1711/52

Servidor: Modesta Cardoso dos Passos
Matrícula: 5.412
Atestado: 1624/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.06.77

Servidor: Gasparina de O. Brito
Matrícula: 5.781
Atestado: 149/77 - HB - DF
Período: 15.06.77 a 17.06.77

Servidor: Maria da Conceição S. de Souza
Matrícula: 8.117
Atestado: 1621/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 06.06.77 a 08.06.77

Servidor: Antonia R. Tavares
Matrícula: 8.535
Atestado: 1638/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 02.06.77

LICENÇA DE NOJO Art. 153 item II da Lei 1711/52

Servidor: Nila Dorea Leal
Matrícula: 5.447
Período: 20.05.77 a 27.05.77

OBS.: Falecimento do esposo ocorrido em 10.05.77, no Rio de Janeiro. Telegrama de aviso recebido em 19.05.77

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO BOLETIM Nº. 15/77 - SP - SES, de 18.06.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE - Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Lázaro José de Souza
Matrícula: 5.163
Laudo: 1375/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 25.05.77 a 31.05.77

SALARIO FAMILIA CONCEDIDO:

Servidor: Jesulina Chaves de Oliveira
Matrícula: 5.725
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelo dependente, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, filha, nascida em 13.11.76. A partir de NOVEMBRO/76. Autorizado a partir de JANEIRO/77 e o restante deverá ser requerido por exercícios findos.

Servidor: Aurora Nascimento S. da Silva
Matrícula: 6.035
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelos dependentes: LÁZARO JOSÉ DA SILVA, filho, nascido em 17.12.61, IENILSEN Mº. NASCIMENTO DA SILVA, filha nascida em 02.04.63, ISAIAS ADOLFO SANTOS DA SILVA, filho, nascido em 13.07.64 e JERONIMO CARLOS DA SILVA, filho, nascido em 20.09.68. Todos a partir de JULHO/75. Pagamento autorizado a partir de JANEIRO/77 e o restante deverá ser requerido por exercícios findos.
OBS.: Passaram à condição de dependência da mãe, em virtude do pai ter feito OPÇÃO pela CLT, a partir de 01.07.75, conforme Declaração de Opção apresentada.

Servidor: Altiva Maria dos Reis Suaiden
Matrícula: 7.132
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelo dependente JANAINA REIS SUAIDEN, filha, nascida em 14.02.77. A partir de FEVEREIRO/77.

Servidor: Adilson Marques
Matrícula: 12.128
Despacho: CONCEDIDO, salário família, pelo dependente, DENILSON DA SILVA MARQUES, filho, nascido em 23.08.76. A partir de AGOSTO/76. Pagamento autorizado a partir de JANEIRO/77 e o restante deverá ser requerido por exercícios findos.

Brasília, 29 de junho de 1.977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR
CONSELHO DELIBERATIVO

DECISÃO Nº 44/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 163a. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

1º)- prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a partir desta data, para a entrega do Inventário referente ao exercício de 1976, junto aos órgãos de fiscalização e controle do Distrito Federal;

2º)- que sejam identificadas e corrigidas as diferenças financeiras existentes entre os registros do Inventário e os lançamentos do "Razão";

3º)- que sejam apuradas as faltas e sobras físicas nas Unidades inventariadas que apresentaram falhas, procedendo- se a recontagem dos materiais estocados e efetuando- se as correções nas respectivas fichas. Brasília, 07 de julho de 1977.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
HURANDIR MESQUITA MOTTA
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
PEDRO CARAM ZUQUIM
VICENTE DE PAULA ARAÚJO
JOSÉ LEITE SARAIVA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECISÃO Nº 45/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 504a. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "m" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Autorizar o Diretor--Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez observadas as disposições contidas nas normas em vigor, a doar ao Distrito Federal (Secretaria de Segurança Pública) 8 (oito) camas , marca "CIBRAMÓ", com colchões- e- 4 (quatro) mesas auxiliares, cedidas ao mesmo, por empréstimo, em junho de 1971, conforme consta de fls. 10,11 e 12 do processo nº 023.260/71- FHDF.

Brasília, 12 de julho de 1977.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
JOSÉ LEITE SARAIVA
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
PEDRO CARAM ZUQUIM
VICENTE DE PAULA ARAUJO
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECISÃO Nº 46/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 504a. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "j" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade e, tendo em vista o que consta do processo nº 002.602/75- FHDF,

DECIDE:

Autorizar o Diretor- Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez cumpridas as formalidades legais, a firmar convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, hospitalar, farmacêutica e de exames complementares de diagnóstico e de terapia, a seus beneficiários residentes no Distrito Federal, ou em transito nesta cidade.

Brasília, 12 de julho de 1977.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
VICENTE DE PAULA ARAUJO
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
PEDRO CARAM ZUQUIM
JOSÉ LEITE SARAIVA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

ATA DA 163ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às oito horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-sem Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor - Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araújo, José Leite Saraiva e José Affonso Monteiro de Barros Menusier. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (503ª. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente a palavra ao Conselheiro Hurandir Mesquita Motta, Relator do Processo nº. 467.979/77 - FHDF - Inventário do exercício de 1976. Procede este a leitura de seu minudente relatório, uma análise percuciente das peças constantes do Processo em lide e dos 17 volumes que o acompanham. Finalmente, a vista do contido nos autos e, considerando o Parecer do Conselho Fiscal, é por que se prorrogue o prazo de entrega do Inventário referente ao exercício de 1976 por mais 60 (sessenta) dias, com as diferenças financeiras corrigidas, e apuradas nas Unidades inventariadas as faltas, sobras e falhas existentes, efetuando- se as correções nas respectivas fichas. Posta em discussão a matéria, estranha o Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier, o fato de estar sendo aprovado em julho, um documento que deveria ter sido aprovado quando da apreciação do Balanço Geral de 1976, em maio último. Pede a palavra o Conselheiro Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor- Presidente da FHDF, para justificar a demora na apresentação do referido Inventário, dizendo ter sido esta ocasionada em virtude das dificuldades existentes, quer no que concerne ao material inadequado, pois

continua a Administração servindo- se dos mesmos fichários, do mesmo "Kardex" obsoletos, quer no que concerne ao despreparo de pessoal, ao fluxo de entradas e saídas da FHDF em consequência dos baixos salários que aqui percebem, em fim, por não dispor a FHDF, de um equipamento convencional adequado e de pessoal competente e bem remunerado. A seu ver, nessas condições, é humanamente impossível a qualquer Administração, gerir uma área deste porte. Acrescenta que, mesmo assim, a Administração apresentara um inventário geral de todas as Unidades, incontestavelmente um trabalho de envergadura nas condições atuais. Quanto às falhas encontradas no mesmo estas serão corrigidas conforme sugestão do Conselho Fiscal e Decisão deste Colegiado. Convida em seguida seus pares a fazer uma visita à Farmácia Central, a fim de apreciarem o trabalho que vem sendo realizado e ouvirem seus dirigentes sobre os problemas aí existentes. Finalmente, põe o Sr. Presidente em votação a matéria, tendo os Senhores Conselheiros, por unanimidade, exarado a seguite DECISÃO: "O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 163ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14 do Estatuto da Entidade, DECIDE: 1º.) - prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a partir desta data, para a entrega do Inventário referente ao exercício de 1976, junto aos órgãos de fiscalização e controle do Distrito Federal; 2º.) - que sejam identificadas e corrigidas as diferenças financeiras existentes entre os registros do Inventário e os lançamentos do "Razão"; 3º.) - que sejam apuradas as faltas e sobrar físicas nas Unidades inventariadas que apresentaram falhas, procedendo- se a recontagem dos materiais estocados e efetuando- se as correções nas respectivas fichas." Esgotada a pauta, dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata, que será lida na próxima Sessao Ordinaria a se realizar 3ª. feira, dia 12, às 17 horas e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 07 de julho de 1977. (ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; PEDRO CARAM ZUQIM; VICENTE DE PAULA ARAÚJO; JOSÉ LEITE SARAIVA; JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; GIOCANDA REAL.

ATA DA 500a. SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu- se em Sessão Ordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da FHDF, Pedro Caram Zuquim, Vicente de Paula Araujo, José Leite Saraiva, José Affonso Monteiro de Barros Menusier e Olympio Bandeira da Silva Cascaes (Suplente). Presente também à reunião a Sra.Gioconda Real,Chefe da Secretária deste Conselho.Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (499a. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido e nada constasse da pauta para relato, informa o Sr. Presidente ter recebido do Diretor- Presidente da FHDF, Conselheiro Paulo Argolo da Cruz Rios, ofício encaminhando cópia da Exposição de Motivos enviada ao Exmo. Sr. Governador sobre o problema orçamentário da FHDF, assim redigido: "Senhor Presidente: Pela Decisão nº 95/76, o Egrégio Conselho Deliberativo recomendou à Administração o encaminhamento de exposição de motivos ao Excelentissimo Senhor Governador, evidenciando problemas que adviriam da execução do orçamento de 1977. Para conhecimento do Colendo Órgão, estou encaminhando em anexo cópia xerox do expediente encaminhado àquela autoridade. No ensejo, renovo a Vossa Excelência a expressao do meu maior apreço." Pede a palavra o Conselheiro Paulo Argolo da Cruz Rios para dizer que, de fato, embora com certo atraso, achara por bem, encaminhar ao Sr. Presidente o ofício em questão, acompanhado da Exposição de Motivos ao Sr. Governador, para conhecimento de seus pares. Acrescenta que, naquele expediente, relatara ao Sr. Governador algumas medidas que vinham sendo tomadas com o objetivo de oferecer à população um melhor atendimento e dar melhores condições e facilidades de trabalho às Unidades Executivas de Saude da Rede Hospitalar. Todavia, como não podia deixar de ser, esse programa representa gastos, não apenas em reformas e empliações, mas também em aquisição de equipamentos, montagem e manutenção. São obras de reformas e ampliações realizadas em diversas Unidades de Saúde, é o número de servidores que aumenta em consequência dessa programação de trabalho e, consequentemente, maior é o número de compras; é a renovação do Parque de Equipamentos Médico- Hospitalares, com aparelhagem mais sofisticada, enfim, são providências que demandam espaço, montagem e manutenção e, evidentemente, despesas outras daí advindas. Esclarece que, com as reformas programadas, espera como resultado o acréscimo de 900 leitos aos 1.600 já existentes na Rede Hospitalar, 400 dos quais já entregues ao público. A Exposição de Motivos encaminhada ao Sr. Governador, conta, inclusive, com gráficos e quadros comparativos do último quinquênio, mostrando que o menor incremento sofrido por um orçamento da Fundação Hospitalar, fora da ordem de 0,3% (zero vírgula três porcento), exatamente o do exercício passado para este exercício. Comenta, ainda, a elevação do custo de vida, a desvalorização da moeda e outros problemas próprios da conjuntura econômica, bem como a evasão dos funcionários em busca de melhores oportunidades, em virtude dos baixos salários oferecidos pela Entidade. Finaliza dizendo que, de uma forma um tanto generalizada, fora o que levara ao conhecimento do Exmo. Sr. Governador, evidentemente, esclarecendo e dizendo das necessidades da Entidade. Convida os Senhores Conselheiros a examinarem a documentação em questão, tendo o Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier, sugerido a distribuição de cópia da mesma, para um oportuno e melhor exame. Determina o Sr. Presidente à Chefe da Secretaria deste Conselho que providencie as cópias solicitadas para encaminhamento aos Senhores Conselheiros. As 19 horas, como não constasse da Ordem do Dia nenhum processo para distribuição, dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos, dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida na próxima reunião ordinária a se realizar dia 21, às 17 horas e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 16 de junho de 1977.- (ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO- PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS- PEDRO CARAM ZUQUIM- VICENTE DE PAULA ARAÚJO- JOSÉ LEITE SARAIVA- JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER- OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES- GIOCONDA REAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentissimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no Processo nº 009042/76

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, da Gratificação pela Representação de Gabinete a SEVERINO JOSÉ DE MORAES, Motorista Oficial, Classe "B" - Código TP - 601.5, matrícula nº 15.887, pelo encargo de auxiliar "A".

Distrito Federal, 15 de julho de 1977
JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAAES
Secretário de Viação e Obras
Substituto

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

DIRETORIA

ATA DA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou - se a 1.255ª. reunião da DIRETORIA DA NOVACAP, sob a presidência do Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente, da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, PAULO JANOT BORGES, e JOÃO MANCINI. Ausente, com a falta devidamente justificada o Senhor Diretor de Edificações EMMANUEL PEDROSA FILHO. Estiveram também presentes à reunião o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretaria que esta subscreve. Na presente reunião foram relatados os seguintes processos: 01) - Nº 645.604/77 - Termo de prorrogação do convênio firmado em 02 de outubro de 1975, entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da CAMARA DOS DEPUTADOS, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de um JARDIM DE INFANCIA, um PLAY GROUND e de uma QUADRA DE ESPORTES, todos localizados na SQN 302, DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação da prorrogação do convênio firmado em 02 de outubro de 1975, entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL com a interveniência da CAMARA DOS DEPUTADOS, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de um JARDIM DE INFÂNCIA, um PLAY GROUND e de uma PRAÇA DE ESPORTES, todos localizados na SQN 302, visando prorrogar o prazo de sua execução até 31 de dezembro de 1977, na forma da minuta de fls. 10 e 11". Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY. 02) - Nº 645.528/77 - Termo de prorrogação do convênio firmado em 26 de outubro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, dos serviços de ajardinamento em áreas do Catetinho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação da prorrogação do convênio firmado em 26 de outubro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, do plantio de 5.000m2 de grama em mudas, 200 árvores e 230m2 de canteiros ornamentais, em áreas do Catetinho, visando prorrogar o prazo de sua execução até 31.12.77, na forma da minuta de fls. 4 e 5". Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY. 03) - Nº 642.351/77 - Departamento de Manutenção, solicita aquisição de 04 interruptores pial Mon. e outros. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 208/77 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 e 04 com as firmas ELETROMINAS MAT. ELÉTRICO LTDA., ELÉTRICA MERCURIO LTDA., ELÉTRICA BRASILIA LTDA e PROTEL - ENG. COMÉRCIO LTDA, pelo valor global de Cr$ 8.179,90 (oito mil, cento e setenta e nove cruzeiros e noventa centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 16, 17, 18 e 19 do presente processo". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 04) - Nº 639.547/77 - Departamento de Manutenção, solicita aquisição de 01 balcão frigorífico com congelador. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 216/77 e autoriza a aquisição do material discriminado na RM de fls. 03 com a firma SARKIS WAGNER REF. IMÓVEIS LTDA., pelo valor global de Cr$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 19 do presente processo". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 05) - Nº 643.371/77 - Departamento de Manutenção, solicita aquisição de 02 pneus aro 1400 x 24 e outro. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 214/77 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas H.C. PNEUS LTDA e MALDI S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pelo valor global de Cr$ 12.176,12 (doze mil, cento e setenta e seis cruzeiros e doze centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 16 e 17 do presente processo". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 06) - Nº 644.818/77 - Departamento de Manutenção solicita aquisição de 02 (dois) Macacos (tipo garrafa) com capacidade de 030 toneladas. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator homologa o Convite nº 210/77 e autoriza a aquisição do material discriminado na RM de fls. 02 com a firma CASA PLANETA DE BRASILIA S/A, pelo valor global de Cr$ 3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta cruzeiros), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 10 do presente processo". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 07) - Nº 642.172/77 - Divisão do Patrimônio, solicita execução de serviços de recarga de extintores de incêndio. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: Homologar o convite realizado pela CPLM, autorizando à Diretoria Financeira a emitir Nota de Empenho por estimativa, a favor da firma POLO NORTE EXTINTORES LTDA, no valor de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para execução de serviços de recarga de extintores de incêndio, conforme necessidade e quando solicitado pela Divisão Administrativa". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 08) - Nº 638.640/77 - Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de 300 fechaduras p/gaveta, Pado ou similar e outros, DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 20/77 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas CASA DAS FECHADURAS E FERRAGENS LTDA e A CONSTRUTIVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., pelo valor global de Cr$ 15.829,30 (quinze mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e trinta centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 38 e 39 do presente processo". Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 09) - Nº 642.714/77 - Divisão do Patrimônio, solicita recauchutagem de pneu 1.300x 24 (Patrol) e outros. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 212/77 e autoriza a execução dos serviços discriminados na RM de fls. 02 com a firma CANADENSE S/A - INDÚSTRIA DE PNEUS AGRICOLA, pelo valor global de Cr$ 57.660,00 (cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta cruzeiros), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firmas às fls. 14 do presente processo." Relator Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 10) - Nº 635.658/77 - Tomada de Preços nº 008/77 - CPL realizada em 04.03-.77 - para execução sob o regime de empreitada por preços unitários, de pavimentação em concreto passeios em concreto e meios - fios no SRIA - Guará I e II, em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando: 1) que a licitação não compareceu nenhum interessado; 2) - que a proposta da firma URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, atendende as exigências do Edital; OPINA pela dispensa de licitação nos termos da letra "D" artigo 3º, da Resolução 084/76 - CA, e contratação da firma URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA, que propôs o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os

preços unitários constantes da Tabela do DeU de 13.10.76, para execução de pavimentação em concreto, passeios em concreto e meios - fios no Guará I e II - SRIA - DF. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), mantidas as condições estabelecidas no Edital nº 008/77 CPL. Submeta - se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração. "Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 11) - Nº 637.314/77 - Tomada de Preços nº 025/77 - CPL, realizada em 18.03.77 para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de serviços de passeios e meios - fios no Plano Piloto em Brasília, DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e considerando: 1) - que à licitação não compareceu nenhum interessado; 2) - que a proposta da firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda, atende as exigências do Edital; OPINA pela dispensa da licitação nos termos da letra "d", do artigo 3º da Resolução nº 084/76 - CA, e contratação da firma URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda, que propôs o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os preços unitários constantes da Tabela do DeU de 13 de outubro de 1976, para execução de passeios e meios - fios no Plano Piloto e Setores em Brasília - DF. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), mantidas as condições estabelecidas no Edital 025/77 - CPL." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 12) - Nº 641.981/77 - Tomada de Preços nº 058/77 - CPL, para execução sob o regime de empreitada por preço global, de 05 (cinco) quadras de tênis Davis ou similar no Parque de Recreação, em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, OPINA pela homologação da Tomada de Preços nº 058/77 - CPL, com a contratação da firma CONSTRUTORA MANDU LTDA, que dentre as 07 (sete) licitantes propôs pelo acréscimo de 16% (dezesseis por cento) sobre o preço base da NOVACAP, constante do item 3.1.1. do Edital, executar 05 (cinco) quadras de Tênis Davis ou similar no Parque de Recreação de Brasília. Ao Contrato deverá ser atribuido o valor de Cr$ 812.000,00 (oitocentos e doze mil cruzeiros) e o prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 90 (noventa) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. Submeta - se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração". Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 13) - Nº 643.303/77 - Renovação do Contrato nº 695/76–, de interesse da firma BRASILENGE - Engenharia e Comércio S/A, para execução sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de Tabela de Preços Unitários de redes de captação de águas pluviais nas SQS 402, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415 e 416 em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e considerando o que consta da Cláusula quinta, parágrafo primeiro; considerando que as alegações da empreiteira foram devidamente atestadas, opina no sentido de ser renovado o Contrato nº 695/76, de interesse da firma BRASILENGE - Engenharia e Comércio S/A sem ônus para a NOVACAP, prorrogando seu prazo por 80 (oitenta) dias a partir de 08.05.77. Submeta - se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração". Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 14) - Nº 641.275/77 - Revogação da Tomada de Preços nº 54/77 - CPL, para fornecimento sob o regime de empreitada por preços unitários, de mão - de - obra, não qualificada para serviços de topografia, no Plano Piloto e Setores em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e considerando o parecer da CPL às fls. 32 e do DeU; REVOGA a Tomada de Preços nº 054/77 - CPL, por conveniência administrativa nos termos da Resolução nº 084/76 - CA. Submeta - se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração. "Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 15) - Nº 642.083/77 - Revogação da Tomada de Preços nº 057/77 - CPL, por conveniência administrativa, DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, opina pela revogação da Tomada de Preços nº 057/77 - CPL, tendo em vista o parecer do DPJ de fls. 43 e verso e os termos do artigo 12 da Resolução nº 084/76 - CA. Submeta - se à apreciação do Egrégio Conselho de Adminis - tração. "Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 16) - Nº 637.076/77 - Carta Convite nº 017/77 - CPL, realizada em 21 de março de 1977, para fornecimento de mão - de - obra, para execução de serviços gerais em diversos locais do Plano Piloto e Adjacências, em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, Homologa a Carta Convite nº 017/77 - CPL, com a contratação da firma SANTA HELENA Urbanização e Obras Ltda que como única licitante, propôs executar pelo acréscimo de 32% (trinta e dois por cento) sobre os preços da Tabela do DPJ, para hora normal de trabalho e Cr$ 12,19 (doze cruzeiros e dezenove centavos), por hora extraordinária trabalhada, os serviços especificados. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), podendo oscilar em 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual. O prazo para conclusão dos serviços, fica fixado em 60 (sessenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. " Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 17) - Nº 642.151/77 - Convite nº 203/77 - CPLM, realizado em 03 de junho de 1977, para aquisição de Mangote de 4" por 6m, Lima, Pedra para Esmeril, Lâmina para Plaina, destinados a DOD/DeU/DU. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 203/77 - CPLM, autorizando a aquisição de diversas peças, conforme especificações às fls. 29, no valor global de Cr$ 3.123,00 (três mil, cento e vinte e três cruzeiros) as firmas: - VILELA E MONTEIRO - item 01 Cr$ 2.300,00 CASA DO BARATA - item 02 Cr$ 195,00 - CASA DOS PARAFUSOS - itens 03 e 04 Cr$ 242,00 - MADEIREIRA CEDRO LTDA - item 05 Cr$ 386,00. A entrega do material deverá ser feita no prazo proposto pelos licitantes após recebimento da Nota de Empenho pelas firmas interessadas". Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 18) - Nº 643.857/77 - Convite nº 204/77 - CPLM, realizado em 03 de junho de 1977, para aquisição de 300mts, de mangueira de borracha 3/4" com uma lona, para uso da Divisão de Conservação - DPJ. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 204/77 - CPLM, autorizando a aquisição de 300mts, de mangueira de borracha de 3/4", com uma lona, no valor de Cr$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros), à firma VILELA E MONTEIRO LTDA que, dentre as 05 (cinco) participantes, propôs o menor preço. A entrega do material deverá ser feita no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada. " Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 19) - Nº 644.243/77 - Convite nº 205/77 - CPLM, realizado em 03 de junho de 1977, para aquisição de 160 (cento e sessenta) macacões de "brim azul", com as especificações do quadro de preços (fls. 19), destinados a Divisão de Apoio - DPJ. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator homologa o Convite nº 205/77 - CPLM, autorizando - se a aquisição de 160 (cento e sessenta) macacões contendo as especificações do quadro de preços fls. 19, no valor global de Cr$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos cruzeiros), à firma RIOS - Comércio e Representações Ltda. que, dentre as 04 (quatro) participantes, propôs o menor preço. A entrega do material deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada". Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 20) - Nº 643.418/77 - Convite nº 217/77 - CPLM, realizado em 13 de junho de 1977, para aquisição de 100 metros de tábuas de pinho de 1ª. de 1" x 12" e 05 Kg. de pregos de 15 x 15, destinados à Divisão de Apoio. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator homologa o Convite nº 217/77 - CPLM, autorizando a aquisição de 100 (cem) metros de tábuas de pinho de primeira de 1" x 12" e 5 (cinco) Kg de pregos de 15 x 15, no valor global de Cr$ 2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis cruzeiros), à firma MADEIREIRA CEDRO LTDA que, dentre as 03 (três) participantes, propôs o menor preço. A entrega do material deverá ser feita imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada". Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 21) - Nº 642.702/77 - CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA MONTEIRO - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.382,40. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA MONTEIRO, referente a diárias concedidas através da APPD nº 214, no valor de Cr$ 1.382,40 (hum mil, trezentos e oitenta e dois cruzeiros e quarenta centavos). " Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 22) - Nº 642.643/77 - THEOMAR DE CASTRO GODOY, GASTÃO ROCHA MIRANDA e ERIBERTO MENDES ARAUJO - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 5.802,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentadas por THEOMAR DE CASTRO GODOY, GASTÃO ROCHA MIRANDA e ERIBERTO MENDES ARAUJO, referente a dispesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.047/76, no valor de Cr$ 5.802,00 (cinco mil, oitocentos e dois cruzeiros)". Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 23) - Nº 642.348/77 - THEOMAR DE CASTRO GODOY, GASTÃO ROCHA MIRANDA e ERIBERTO MENDES ARAUJO encaminham a prestação de contas no valor de Cr$ 15.717,31. DEICSÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprov a prestação de contas no valor de Cr$ 19.974,57.DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por PEDRO LÍCIO GOMIDE, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 04.090/74, no valor de Cr$ 19.974,57 (dezenove mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e cinquenta e sete centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 25) - Nº 643.790/77 - PEDRO LÍCIO GOMIDE -encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 19.834,68. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por PEDRO LÍCIO GOMIDE, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 04.090/74, no valor de Cr$ 19.834,68 (dezenove mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e sessenta e oito centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 26) - Nº 643.620/77 - ORLANDO RODRIGUES DA CUNHA FILHO e JOSÉ CONRADO DANTAS - encaminham prestação de contas no valor de Cr$2.000,00. DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por ORLANDO RODRIGUES DA CUNHA FILHO e JOSÉ CONRADO DANTAS, referente a despesas com Laudos Periciais, através do processo nº 635.342/77, no valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI .27) - Nº 638.312/77 - JOSÉ WASHINGTON CARVALHO NOVAES - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 8.172,10. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por JOSÉ WASHINGTON CARVALHO NOVAES, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 24.090/73, no valor de Cr$ 8.172,10 (oito mil, cento e setenta e dois cruzeiros e dez centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 28) - Nº 642.879/77 JOSÉ ARIMATEIA GONÇALVES - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 2.138,40. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por JOSÉ ARIMATEIA GONÇALVES, referente a diárias concedidas através da APPD nº 216, no valor de Cr$ 2.138,40 (dois mil, cento e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 29) - Nº 643.937/77 - MIGUEL DE ALENCAR FECURY e LUIZA HELENA BEZERRA CRUZ- encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 5.000,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por MIGUEL DE ALENCAR FECURY e LUIZA HELENA BEZERRA CRUZ, referente ao Curso de "Relações Públicas" através do processo nº 642.982/77, no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 30) - Nº 642.876/77 - FRANCISCO OZANAN CORREIA COELHO DE ALENCAR - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 2.138,40. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por FRANCISCO OZANAN CORREIA COELHO DE ALENCAR, referente a diárias concedidas através da APPD nº 215, no valor de Cr$ 2.138,40 (dois mil, cento e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos)." Relator Diretor JOÃO MANCINI. 31) - Nº 644.328/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 7.920,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 32) - Nº 644.331/77- CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA- encaminham prestação de contas no valor de Cr$7.955,05. DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 7.955,05 (sete mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e cinco centavos). " Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 33) - Nº 644.329/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 423,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 423,00 (quatrocentos e vinte e três cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 34).Nº 644.241/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 11.099,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 11.099,00 (onze mil, noventa e nove cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 35) - Nº 644.242/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 9.072,14. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$9.072,14 (nove mil, setenta e dois cruzeiros e quatorze centavos)". Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 36). Nº 643.732/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 434,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros)." Relator: Diretor: JOÃO MANCINI. 37) - Nº 643.369/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$11.560,19. DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 11.560,19 (onze mil, quinhentos e sessenta cruzeiros e dezenove centavos)."Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 38)- Nº643.370/77 -CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 5.770,40. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA. referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 5.770,40 (cinco mil, setecentos e setenta cruzeiros e quarenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 39) - Nº 643.733/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 6.911,50. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 6.911,50 (seis mil, novecentos e onze cruzeiros e cinquenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 40) - Nº 642.353/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 5.091,71. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 5.091,71 (cinco mil, noventa e hum cruzeiros e setenta e um centavos)." Relator: Diretor: JOÃO MANCINI. 41). Nº 644.403/77 CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 2.923,45. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO

VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$2.923,45 (dois mil, novecentos e vinte e três cruzeiros e quarenta e cinco centavos)". Relator: Diretor: JOÃO MANCINI. 42). - Nº 643. 419/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 943.70. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 943,70 (novecentos e quarenta e três cruzeiros e setenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 43). - Nº 643.623/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 7.172,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$7.172,00 (sete mil, cento e setenta e dois cruzeiros)". Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 44)- Nº643.367/77- CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 10.821,17. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 10.821, 17 (dez mil, oitocentos e vinte e hum cruzeiros e dezessete centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 45) - Nº 643.420/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 12.764,45. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 12.764,45 (doze mil, setecentos e sessenta e quatro cruzeiros e quarenta e cinco centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 46) - Nº 644.404/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 8.932,20. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 8.932,20 (oito mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros e vinte centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 47). Nº 643.622/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 7.148,60. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 7.148,60 (sete mil, cento e quarenta e oito cruzeiros e sessenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 48). Nº 644.330/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 9.607,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 9.607,00 (nove mil, seiscentos e sete cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 49) - Nº 643. 663/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 4.733,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversasa por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 4.733,00 (quatro mil, setecentos e trinta e três cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 50) - Nº 642.358/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 6.523,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, relativa a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/77, no valor de Cr$ 6.523,00 (seis mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 51) - Nº 643.368/77 - CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 8.064,40. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a despesas diversas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 8.064,40 (oito mil, sessenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual, para constar, eu, NOEMIA FERNANDES CELLES, *Secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai por* mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

MAURO DE ALENCAR FECURY -Diretor Superintendente; ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, Diretor Administrativo; PAULO JANOT BORGES, Diretor de Urbanização; JOÃO MANCINI - Diretor Financeiro; DARIO DÉLIO CARDOSO, Consultor Jurídico; NOEMIA FERNANDES CELLES Secretária.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 317/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da *Cláusula* DÉCIMA TERCEIRA, *Capítulo* III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"*Indeferir, por unanimidade*, as solicitações dos Senhores JOSÉ ALVES SOBRINHO - Processo nº 078.257/77, VENINA ALVES DOS SANTOS - Processo nº 062.660/76 e MARIA DAS DORES GOMES - Processo nº 035.859/75, *mantendo* às decisões anteriores do Conselho de Administração".

Brasília, 01 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 318/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOÃO NETO DE LACERDA - Processo nº 034.263/75, VALDEVINO RIBAMAR FERNANDES - Processo nº 086.220/77 e VICENTINA PROTETA DE MEIRA DA COSTA - Processo nº 034.476/75, ratificando às decisões anteriores do Colegiado".

Brasília, 01 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro - Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 319/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ERON RIBEIRO DE ARAÚJO - Processo nº 084.240/77, JOSÉ GENTIL FARIAS - Processo nº 078.967/77, ADEMAR JOSÉ DE SOUZA - Processo nº 083.790/77 e HELENA MARIA DOS REIS ROSA - Processo nº 075.750/76, reiterando às decisões anteriores do Colegiado".

Brasília, 01 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator

RESOLUÇÃO Nº 320/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANTONIO COSTA FERREIRA - Processo nº 080.308/77, JOSÉ ANTONIO FERREIRA - Processo nº 078.049/77 e JOÃO BATISTA GOMES - Processo nº 031.753/75, ratificando às decisões anteriores do Órgão".

Brasília, 01 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro - Relator

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 321/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores MANOEL RODRIGUES - Processo nº 088.439/77, GALDINO DE PAULA RABELO - Processo nº 088.206/77, DIVA LUIZA DO AMARAL - Processo nº 088.430/77 e MARIA CELI LIRA DA SILVA - Processo nº 088.578/77".

Brasília, 04 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator

RESOLUÇÃO Nº 323/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de *unidades habitacionais* desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de *acordo com a competência que lhe é* conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA - Processo nº 088.169/77 e das Senhoras DIVINA SOARES DA SILVA - Processo nº 088.168/77, OSCARINA TELES DE ALMEIDA - Processo nº 088.092/77 e MARIA DOS REIS LOPES DA SILVA - Processo nº 088.543/77".

Brasília, 04 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro - Relator

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 18 DE JULHO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no processo nº 007.646/76,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, a Gratificação pela Representação de Gabinete a MARTINHO PIRES DE ARAÚJO, Agente Administrativo, Classe "C", código SA - 401.4, matrícula nº 15.163, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no valor de Cr$ 1.100,00 (Hum mil e cem cruzeiros), pelo encargo de Auxiliar "B", do Gabinete desta Secretaria.

DISTRITO FEDERAL, 18 de julho de 1977.

MAURÍLIO MAX DE ARAÚJO CUNHA

Secretário de Serviços Públicos
Substituto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 01 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com ADÉLIO CLEMENTE FILHO, Gari EP/03 matrícula 75.264 da TEP/SLU.
Brasília, 01 de julho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 29 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com SEBASTIÃO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Gari, EP- 3 matrícula 74.554 da TEP/SLU.

Brasília, 29 de junho de 1977

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

Processo nº: 336.707/77
Interessado: JOÃO BORGES DE MATOS
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO "DAG" de 28 de junho de 1977.RESCINDIR a partir desta data, de acordo com o art. 482 letra "i" da CLT, o contrato de trabalho com JOÃO BORGES DE MATOS, trabalhador EP/01 matrícula 75.458 da TEP/SLU.

Interessado: ANIBAL ALECRIM DE CARVALHO
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta tada o contrato de trabalho com ANIBAL ALECRIM DE CARVALHO, Gari EP/03 matrícula 75.432 da TEP/SLU.

Interessado: WILSON CARLOS DO NASCIMENTO
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta data o contrao de trabalho com WILSON CARLOS NASCIMENTO, Gari EP/03 matrícula 75.437 da TEP/SLU.

Interessado: ALDERINO ALVES DA COSTA
Assunto: Rescindir, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com ALDERINO ALVES DA COSTA, Gari EP/03 matrícula 75.436 da TEP/SLU.
Interessado: BENICIO GALDINO DE ALBUQUERQUE
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com BENICIO GALDINO DE ALBUQUERQUE, Motorista "c" EP/09 matrícula 74.930 da TEP/SLU.

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com FRANCISCO DAS CHAGAS, GARI EP/09 matrícula 73.505, da TEP/SLU.

Interessado: IRES GUIMARÃES ALVES
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com IRES GUIMARÃES ALVES, Motorista "c" EP/09 matrícula 74.722 da TEP/SLU.

Interessado: LASÁRO CIRINO DOS SANTOS
Assunto: Rescinde: A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com LASARO CIRINO DOS SANTOS, Gari EP/03 matrícula 75.443 da TEP/SLU.

Interessado: OLERIANO FRANCO DA COSTA
Assunto: Rescinde, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com OLERIANO FRANCO DA COSTA, Gari EP/03 matrícula 75.461 da TEP/SLU.
Brasília, 14 de julho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A., REALIZADA AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1977. Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte sob nº 00000208/0001- 00. Carta- Patente do Banco Central do Brasil nº 1- 321, de 12.07.66.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 1977, às 18:30 horas, na sede social do BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A. - Edifício Brasília, Bloco "A", 3º andar, Setor Bancário Sul, Brasília, Distrito Federal, reuniu- se, pela primeira vez, o seu Conselho de Administração, sob a presidência do Conselheiro Hélio Ribeiro de Oliveira e com a presença dos Conselheiros: Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, Fernando Tupinambá Valente, Antônio Avancini Fragomeni, José Alves Coutinho e Ferdimando Cerqueira. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente congratulou- se com o Banco pela composição de seu Conselho, onde figuram dois ex- presidentes, altos funcionários do Ministério da Fazenda e um dedicado servidor da Casa, todos certamente, imbuídos dos mais sadios propósitos de darem o melhor de seus esforços e a valiosa contribuição de sua capacidade e experiência, para o crescimento cada vez maior da entidade, cujo destino- muito vai depender da planificação que lhes incumbe traçar. Todos os Conselheiros, cada um de per si, agradeceram as palavras do Sr. Presidente e, os indicados por Sua Exa. o Senhor Governador Elmo Serejo Farias, a confiança que lhes fora dispensada e o honraria de que foram alvo com o ato de indicação para integrarem este Egrégio Conselho. Reafirmaram, outrossim, a certeza de que no exercício dos respectivos mandatos tudo haveriam de fazer para ser dignos daquela confiança, oferecendo como penhor disposição sincera de popósitos de uma colaboração efetiva, na medida da capacidade de cada qual. Em prosseguimento, realizou- se a eleição dos membros da Diretoria para o próximo triênio, nos termos do item II, do artigo 30, do Estatuto. Ainda, a teor do artigo 31, parágrafo 3º, do Estatuto do Banco, a eleição se fez nominalmente em relação aos cargos respectivos. Foram eleitos os Conselheiros: Hélio Ribeiro de Oliveira,brasileiro,casado,economista,portador da Carteira de Identidade nº 88584 DFSP-DF, CIC nº 000002801, residente e domiciliado no SHI/Sul, QI 2/9, Casa 6, em Brasília, Distrito Federal e Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 59893 SP- Ceará, CIC nº 074524541, residente e domiciliado na SQS 114, Bloco "D", Apartamento 202, em Brasília, Distrito Federal, respectivamente, Diretor- Presidente e Diretor Administrativo; para Diretor de Câmbio e Comércio Exterior, o Dr. Cid Dória Leahy, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 762949, expedida pelo Instituto Pedro Melo, de Salvador- Bahia, CIC nº 000214075- 68, residente e domiciliado no SHI/Sul, QI A/9, Casa 12, em Brasilia, Distrito Federal; para Diretor de Crédito Geral e Operações Passivas, o Dr. Juraci Candeia de Souza, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 10960 OAB- GB, CIC nº 004606215, residente e domiciliado na SQS 315, Bloco "G", Apartamento 608, em Brasília, Distrito Federal; para Diretor da Carteira de Desenvolvimento, o Dr. Luis Felippe Corrêa de Azevedo, brasileiro, casado, economista e engenheiro agrônomo, portador da Carteira de Identidade nº 2.162- DPC - Instituto de Identificação de Pelotas- RS, CIC nº 011156187- 68, residente e domiciliado na SQS 314, Bloco "A", Apartamento 401, em Brasília, Distrito Federal; para Diretor Financeiro, o Dr. Homero Ferro Valle, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais, portador da Carteira de Identidade nº 490304- Instituto Felix Pacheco, CIC nº 004992267- 04, residente e domiciliado na SQS 309, Bloco "I", Apartamento 104, em Brasília, Distrito Federal. A seguir o Senhor Presidente, em rápidas considerações, trouxe ao conhecimento do Conselho os principais objetivos do Banco para o 2º semestre do presente exercício. Inicia- se ele com a restruturação do Quadro Administrativo do Banco, processada com vistas à nova Lei das Sociedades por Ações e à Resolução nº 394 do Conselho Monetário Nacional. Dita reestruturação decorreu de estudos e conclusões de firma especializada no ramo, e mereceu a competente homologação do Banco Central do Brasil. Dela resultou a unificação da Carteira de Crédito Rural com a Carteira Industrial, originando- se a Carteira de Desenvolvimento. Assim, nesse segundo semestre, implantaremos - disse o Presidente - a recém- criada Carteira de Desenvolvimento, preenchendo a lacuna que não poderia continuar no curso desenvolvimentista que experimenta o Banco. Ainda, neste segundo semestre, inaugurar- se- ão as Agências do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como a Agência de Taguatinga Norte. Ademais, encontra- se em fase de entendimentos a instalação da Agência do Congresso Nacional e já concluídos os estudos e adquirido o imóvel para a transferência da Agência Central para o Conjunto Nacional de Brasília.Todos esses atos e atividades têm sido chancelados pelo Banco Central do Brasil e cujas instruções temos fielmente observado. Concluídas as informações prestadas pelo Sr. Presidente, resolveu- se, dado o adiantado da hora, que a próxima reunião do Conselho se realizará no dia 29 de agosto vindouro, às 15:00 horas, com o objetivo de fixar o Conselho a orientação geral da política dos negócios do Banco. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, solicitando a mim, Lucimar Ruben de Macêdo Martins, Secretária ad hoc do Conselho, que dela lavrasse ata que assino com os demais membros do Conselho.
HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Presidente; LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE, Vice-Presidente; FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, Conselheiro; ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI, Conselheiro: JOSÉ ALVES COUTINHO,Conselheiro; FERDIMANDO CERQUEIRA, Conselheiro: LUCIMAR RUBEN DE MACEDO MARTINS, Secretária Ad hoc.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 24 DE SETEMBRO DE 1975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA PARQUE, NAS ENTREQUADRAS 303/304 - NORTE, DESTINADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, Embaixador, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 642.625/77, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, no ato representada pelo seu Diretor - Superintendente, Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais vigentes na Empresa, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.146ª e 1.121ª., Sessões, realizadas em 17 de maio de 1977, respectivamente, deliberam firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica aditado o Convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP em 24 de setembro de 1975, lavrado às fls. 391/93, do Livro nº 21, prorrogado em 06 de julho de 1976, lavrado às fls. 222/23, do Livro nº 25, prorrogado em 23 de novembro de 1976, lavrado às fls. 134/35, do Livro nº 26, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando regular a administração pela NOVACAP das obras de construção e urbanização de 01 (uma) Escola Parque, situada nas Entrequadras 303/304 - Norte, destinada à Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estipulado na Cláusula Nona do Convênio principal, firmado entre as mesmas partes, em 24 de setembro de 1975, fica suplementado com a importância de Cr$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil cruzeiros, para perfazer um total de 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA - Os recursos para complementar a importância referida na Cláusula anterior são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, conforme crédito suplementar aberto pelo Decreto nº 3.636, de 12 de abril de 1977, vinculado ao Projeto 1.077 - Programa Especial de Ensino Fundamental, correndo à conta do ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, conforme Nota de Empenho nº 168/77 - SEC, no valor de Cr$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil cruzeiros), emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA QUARTA - O prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima Quinta do Convênio celebrado em 24 de setembro de 1975, já alterado pelas cláusulas primeira e segunda dos termos de prorrogação firmados em 06 de julho de 1976 e 23 de novembro de 1976, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA SEXTA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couberem, as demais cláusulas dos instrumentos celebrados em 24 de setembro de 1975, 06 de julho de 1976 e 23 de novembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP. CLÁUSULA SÉTIMA - Este ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP, expirando - se após o cumprimento das obrigações. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal; (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; Pela NOVACAP (as.) MAURO DE ALENCAR FECURY; Testemunhas: (as.)VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES e JOSÉ MOREIRA DA SILVA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 29, fls. 300/01 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASÍLIA, 18/07/1977 - MARCOS ANTONIO BARBOSA - 1º. SPRG/DAA/SRCC - Chefe - VISTO: Em, 18/julho/1977 - JULIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador do Distrito Federal

ATA DA 27a. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A., realizada aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de 1977.....

Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 00.000.208/0001-00
Carta-Patente do Banco Central do Brasil nº I-321, de 12.07.66.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, às 9 (nove) horas, na sede social do BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A. - Edifício Brasília, Bloco "A", 3º andar, Setor Bancário Sul, Brasília, Distrito Federal - reuniram-se, em primeira convocação, seus acionistas representando mais de dois terços do capital social, consoante assinaturas no "Livro de Presença" nº 1, folhas 25 verso a 29 verso. Em cumprimento às determinações do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social, assumiu a presidência dos Trabalhos o Senhor Hélio Ribeiro de Oliveira, Diretor-Presidente do Banco, o qual verificando a existência de número legal, declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, convidando, para tomarem assento à mesa, o Dr.Emmanuel Francisco Mendes Lyrio, DD. Procurador-Geral do Distrito Federal e representante do acionista controlador, Governo do Distrito Federal, o engenheiro Javert de Araújo Gribel, representante da Construtora Rabello S.A., segunda maior acionista do Banco, e o Senhor José Orlando Portugal, acionista, para exercer a função de Secretário. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura do Edital de Convocação, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" e no "Correio Braziliense" de 15, 16 e 17 de junho de 1977. O Senhor Secretário leu o Edital do seguinte teor: EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas do Banco Regional de Brasília S.A. para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se na sua sede social, Edifício Brasília, 3º andar, Setor Bancário Sul, nesta Capital às 9 horas do dia 29 de junho de 1977, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Reforma do Estatuto Social, para adaptá-lo à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas): b) Transformação das Diretorias de Crédito Rural e de Crédito Industrial na Diretoria da Carteira de Desenvolvimento e criação da Diretoria Financeira; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; d)Fixação dos honorários do Conselho de Administração; e) Eleição de membros do Conselho Fiscal; f) Outros assuntos de interesse geral da sociedade. As transferências de ações ficam suspensas até a realização da Assembléia. Brasília, 14 de junho de 1977. Hélio Ribeiro de Oliveira - Diretor-Presidente, Luiz Gonzaga Furtado de Andrade - Diretor, Juraci Candeia de Souza - Diretor, Luís Felippe Corrêa de Azevedo - Diretor, Homero Ferro Valle - Diretor, Cid Dória Leahy - Diretor. Prosseguindo, solicitou o Senhor Presidente, de acordo com a "Ordem do Dia" constante desse Edital, procedesse o Senhor Secretário à leitura da proposta da Diretoria relativa à reforma do Estatuto Social do Banco, de forma a adaptá-lo à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei da Sociedade-por Ações) e à Resolução nº 394 do Conselho Monetário Nacional. O Senhor Secretário, então, fez a leitura da referida proposta, "verbis" "Senhores Acionistas, Na nova Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) se insere capítulo especial dedicado às Sociedades de Economia Mista. Tocando esta configuração jurídica ao Banco Regional de Brasília - S.A., houve por bem sua Diretoria fazer a adaptação dos seus Estatutos aos dispositivos da nova Lei. Para o Banco Regional de Brasília S.A. a principal inovação constitui-se na criação do Conselho de Administração, obrigatório nas companhias abertas e nas sociedades de economia - mista (art. 239), assegurado à minoria, nas Sociedades de Economia Mista, o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo. De outra parte, de acordo com os arts. 33 e 35, do Regulamento anexo à Resolução nº 394 do Banco Central do Brasil, os bancos comerciais sob controle de Governos, onde não exista banco de desenvolvimento, deverão criar suas carteiras de desenvolvimento, submetendo os planos de criação ao Banco Central, até 30 de junho de 1977, com as necessárias alterações dos Estatutos. Em cumprimento ao referido dispositivo regulamentar, foram incluídos nos novos Estatutos do Banco os artigos 3º,4º,5º e 6º, dispondo sobre a organização da Carteira de Desenvolvimento, com o seu texto já aprovado pelo Banco Central, conforme expediente DIORB/SECAP 77/403, de 02.06.77, referente ao processo 385/77, que aprovou o plano geral de organização da Carteira de Desenvolvimento do Banco Regional de Brasília S.A.. Dessa forma, com o novo Estatuto operar-se-á a fusão das Diretorias de Crédito Industrial e Crédito Rural, com a denominação de Diretoria da Carteira de Desenvolvimento, a qual, segundo a regulamentação, gozará de autonomia financeira, disporá de contabilidade própria e operará com base em dotação própria destacada do Capital e Reservas Líquidas do Banco, conforme art. 6º do projeto ora apresentado. Por outro lado, o Banco em seu atual estágio de desenvolvimento tem ressentido - da ausência de um planejamento econômico-financeiro mais eficaz, de sorte a propiciar correta execução do orçamento e de uma programação - financeira racional, que lhe permita obter plena utilização dos recursos. Para suprir tal lacuna, e sem elevação do número de Diretores, posto que a criação da Diretoria da Carteira de Desenvolvimento dar-se-á com a fusão de duas Diretorias já existentes, o novo Estatuto ora proposto cria a Diretoria Financeira. O Estatuto, cuja proposta de alteração é submetida à apreciação desta Egrégia Assembléia-Geral, resultou de profundo exame da nova Lei das Sociedades Anônimas e da Resolução - nº 394 do Conselho Monetário Nacional. Desta forma, sentindo a Diretoria a necessidade de alteração estatutária que ora se propõe, submete à apreciação desta Egrégia Assembléia o projeto de alteração estatutária em anexo, o qual, uma vez aprovado pela Assembléia, será submetido à apreciação do Banco Central do Brasil, de acordo com o Art. 1º, inciso IX, alínea "f", da Lei nº 4595/64. Brasília, 21 de junho de 1977.Hélio Ribeiro de Oliveira - Diretor-Presidente, Luiz Gonzaga Furtado de Andrade - Diretor, Luís Felippe Corrêa de Azevêdo - Diretor, Homero Ferro Valle - Diretor, Cid Dória Leahy - Diretor, Juraci Candeia de Souza - Diretor". "ESTATUTO DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A. - B R B - Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO - Art. 1º - O BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A.-BRB, doravante denominado BANCO, é uma sociedade de economia mista criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades por Ações, pelo presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Art. 2º - O BANCO tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias, inclusive câmbio, de que resultem incentivo-econômico e/ ou social às áreas de sua influência. Parágrafo Único -No exercício de opção legal para aplicar imposto de renda em investimentos para o desenvolvimento regional ou setorial, o BANCO poderá participar de outras sociedades, observadas as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Art. 3º - Para a realização de suas operações financeiras de médio e longo prazos, destinadas à promoção do desenvolvimento de sua área regional de atuação, o BANCO disporá de Carteira - de Desenvolvimento, subordinada a um Diretor próprio. Art. 4º - A Carteira de Desenvolvimento terá autonomia técnica, contábil e financeira e seus recursos somente poderão ser canalizados para as operações próprias. Art. 5º - As operações da Carteira de Desenvolvimento serão regidas por Normas Operacionais específicas, aprovadas pela Diretoria e estabelecidas de acordo com a legislação vigente. Art. 6º - Anualmente, ao iniciar-se o exercício financeiro, o BANCO destinará à Carteira de Desenvolvimento a dotação mínima de 40% do seu capital realizado e reservas livres, a fim de constituir o Fundo Operacional da Carteira. - Art. 7º - O BANCO tem sua sede e foro na cidade de Brasília, Distrito-Federal, podendo, desde que autorizado pelo Banco Central do Brasil, instalar ou suprimir Agências por deliberação de seu Conselho de Administração. Art. 8º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES - Art. 9º - O capital do BANCO é de Cr$153.000.000,00 (Cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), divididos em 153.000.000(cento e cinquenta e três milhões) de ações ordinárias nominativas, estando integralmente realizado. § 1º - As ações, todas ordinárias nominativas, têm o valor nominal de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma. § 2º - A expressão monetária do valor do capital realizado será corrigida anualmente, por ocasião do balanço de encerramento-do exercício social, de acordo com os índices que vierem a ser fixados-pelas autoridades federais competentes. § 3º - O resultado da correção-monetária do capital realizado será registrado como Reserva de Capital-e capitalizado por deliberação da Assembléia Geral que aprovar o Balanço. § 4º - A capitalização anual da correção monetária do capital realizado será feita sem modificação do número de ações emitidas e com aumento do valor nominal das ações, se for o caso, ressalvado o disposto no § 2º, do Artigo 167, da Lei nº 6.404/76. § 5º - A capitalização de reservas constituídas com base nos lucros poderá ser feita mediante aumento do valor nominal das ações existentes ou com a emissão de novas ações, a critério da Assembléia Geral, observado o disposto no § 3º, do Artigo 169, da Lei nº 6.404/76. § 6º A distribuição de ações provenientes de aumento de Capital com emissão de novas ações, far-se-á dentro - do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da homologação-do aumento do Capital Social pelo Banco Central do Brasil. § 7º - As ações do BANCO podem ser representadas por títulos múltiplos, respeitada a padronização de número de ações fixada pela Comissão de Valores Mobiliários. § 8º - O BANCO poderá cobrar o custo da substituição dos certificados de ações, quando pedida pelo acionista. § 9º A propriedade das ações ordinárias nominativas de que se compõe o capital social do BANCO presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de

Ações Nominativas".. § 10 - A transferência das ações opera-se nos termos dos §§ 1º a 3º do artigo 31, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. § 11 - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital na forma da lei. (Art. 171, Lei nº 6.404/76). § 12 - O acionista poderá ceder seu direito de preferência. § 13 - O prazo para o exercício do direito de preferência de que cuida o artigo 171, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 é de 30 (trinta) dias a partir da publicação da ata que decidir o aumento de capital. Art. 10 - O DISTRITO FEDERAL deterá sempre no mínimo 51% (cinqüenta e um por cento) das ações do BANCO com direito a voto, com todos os poderes, deveres e responsabilidades do Acionista Controlador definidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na forma dos artigos 116, 117 e 238. Capítulo III - DAS OPERAÇÕES COM O DISTRITO FEDERAL - Art. 11 - Na qualidade de Agente Financeiro do Distrito Federal compete ao BANCO: I - receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas; II - realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal consubstanciada no Orçamento aprovado e em Créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Finanças, as quais deverão cingir-se ao montante dos recursos a que se refere o item anterior; III - receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer Órgãos ou Entidades vinculados ao Distrito Federal. Art. 12 - O BANCO poderá adquirir Obrigações, Apólices ou Letras que o Distrito Federal, na forma da lei, venha a emitir por antecipação de receita orçamentária. Parágrafo Único - A aquisição desses títulos fica condicionada à autorização prévia para debitá-los automaticamente, nos respectivos vencimentos, em conta do Tesouro do Distrito Federal junto ao BANCO. Art. 13 - O BANCO poderá financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos. Capítulo IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS - Art. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á sempre na sede do BANCO: I - ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para os fins previstos no Artigo 15 deste Estatuto; II - extraordinariamente, quando convocada. Art. 15 - Compete à Assembléia Geral Ordinária: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III - eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando for o caso; IV - deliberar sobre a ação de responsabilidade civil contra administradores e sobre seu impedimento e substituição; V - fixar a remuneração dos administradores (Conselheiros e Diretores) e do Conselho Fiscal; VI - aprovar a correção da expressão monetária do capital social. Art. 16 - A Assembléia Geral reunir-se-á quando convocada pelo Conselho de Administração ou, na forma da lei: I - pela Diretoria; II - pelo Conselho Fiscal; III - por acionistas. Art. 17 - O Presidente do Conselho de Administração, o seu substituto ou o acionista mais idoso dentre os presentes abrirá as reuniões e orientará a eleição da mesa que instalará a Assembléia Geral e lhe dirigirá os trabalhos. Parágrafo Único - O Presidente da Assembléia Geral convidará para secretariá-la um ou mais acionistas escolhidos entre os presentes à reunião. Art. 18 - Somente serão admitidos à Assembléia Geral as pessoas que comprovem a qualidade de acionistas, salvo as que, independentemente desta qualidade, tiverem o direito ou o dever de participar dos trabalhos. Art. 19 - Durante os 15 (quinze) dias que antecederem à realização de qualquer Assembléia Geral, ficarão suspensos os serviços de transferência e de desdobramento de certificados de ações obedecidas as prescrições do Artigo 37 da Lei 6.404/76. Capítulo V - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 20 - O BANCO será administrado por um Conselho de Administração com função deliberativa colegiada e uma Diretoria. Art. 21 - Os Conselheiros e Diretores, antes de entrarem no exercício do cargo, apresentarão declaração de bens, que será registrada em livro próprio e encaminhada ao Banco Central do Brasil para fins de aprovação. Art. 22 - O prazo de gestão do Conselho de Administração ou da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Seção I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 23 - O Conselho de Administração é composto de 6 (seis) membros, acionistas, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. § 1º - O Distrito Federal, detentor da maioria absoluta das ações do BANCO com direito a voto, tem os poderes, deveres e responsabilidades do Acionista Controlador capitulados em Lei, cabendo-lhe indicar à Assembléia Geral dos Acionistas os nomes: I - do Presidente do Conselho de Administração, que será o Diretor-Presidente do Banco; II - do Vice-Presidente do Conselho, que será o Diretor Administrativo do Banco; e III - dos Conselheiros, não eleitos pelos acionistas minoritários. § 2º - Aos acionistas minoritários, com direito a voto, é assegurado o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo, na forma da lei. Art. 24 - Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no "Livro de Atas do Conselho de Administração". § 1º - Assinarão o termo de posse o empossado e o Presidente do Conselho de Administração. § 2º - Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à nomeação, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificação aceita pelo Conselho de Administração. § 3º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 4º - Ocorrendo a hipótese de afastamento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, será o mesmo substituído pelo Conselheiro que o Presidente do Conselho indicar entre os Conselheiros remanescentes. § 5º - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia-Geral, quando será procedida a eleição do novo membro que ocupará o cargo pelo tempo que restava para o término do mandato do substituído. § 6º - Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado. § 7º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia-Geral. Art. 25 - O Conselho de Administração reunir-se-á na sede do BANCO, ordinariamente, de dois em dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, e com a presença de, pelo menos 4 (quatro) membros, sendo um deles o Presidente ou o seu substituto designado na forma estabelecida no presente Estatuto. Art. 26 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, sendo que ao Presidente caberá, além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate. Art. 27 - Não poderão integrar o Conselho de Administração, além dos impedidos legalmente, os que nele tiverem ascendente, descendente ou parente consangüíneo ou afim até o terceiro grau. Art. 28 - Os Diretores do BANCO que não forem membros do Conselho de Administração poderão tomar parte nas reuniões do Órgão, sem direito a voto, nos seguintes casos: a) a pedido, deferido pelo Presidente do Conselho; e, b) obrigatoriamente, por convocação do próprio Conselho. Art. 29 - Os membros do Conselho de Administração responderão, civilmente, por prejuízos que causarem ao BANCO, isolada ou solidariamente, conforme o caso. Art. 30 - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral da política dos negócios do BANCO; II - eleger e destituir os Diretores do BANCO e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe o presente Estatuto; III - discutir e votar, ao final de cada ano, o Planejamento Global e o Orçamento-Programa do BANCO, propostos pela sua Diretoria para o exercício social subseqüente, podendo alterá-lo; IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; V - manifestar-se sobre as contas, relatórios e balanços gerais do BANCO, "ad referendum" da Assembléia-Geral; VI - manifestar-se sobre proposta de reforma estatutária apresentada pela Diretoria; VII - convocar a Assembléia-Geral, na forma da lei; VIII - elaborar ou alterar seu Regimento Interno; IX - aceitar a justificação por motivo de força maior a que se refere o § 2º do art. 24, deste Estatuto; X - autorizar a Diretoria a criar ou suprimir Agências na forma do art. 7º, deste Estatuto; XI - conceder licença, por mais de 60 dias, aos membros da Diretoria e autorizar o afastamento de seus membros por período igual ou superior; XII - escolher e destituir os auditores independentes, se houver. Seção II - DA DIRETORIA - Art. 31 - A Diretoria é o órgão executivo da administração do BANCO e será composta de 6 (seis) membros, residentes no país, acionistas ou não. § 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração; § 2º - O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 3º - O Ato do Conselho de Administração que eleger os membros da Diretoria indicará nominalmente os ocupantes dos cargos de: a) Diretor-Presidente, que será o Presidente do Conselho de Administração; b) Diretor Administrativo, que será o Vice-Presidente do Conselho de Administração; c) Diretor de Câmbio e Comércio Exterior; d) Diretor de Crédito Geral e Operações Passivas; e) Diretor da Carteira de Desenvolvimento; f) Diretor Financeiro. Art. 32 - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria". § 1º - Assinarão o termo de posse o empossado e o Diretor-Presidente do BANCO. § 2º - Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à nomeação, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificação aceita pela Diretoria. Art. 33 - Nos impedimentos temporários os Diretores serão substituídos: I - O Diretor-Presidente, pelo Diretor Administrativo; II - Cada um dos demais Diretores, por Diretor ou por funcionário do servi-

ço ativo do BANCO, no exercício de função compatível com a substitui - ção, mediante designação do Diretor-Presidente e posterior homologação do Conselho de Administração. Art. 34 - Nos casos de vacância, o provimento do cargo de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, será feito pelo Conselho de Administração, mediante eleição. Parágrafo Único - O Diretor eleito ocupará o cargo para o qual foi designado pelo tempo que restava ao substituído. Art. 35 - A remuneração da Diretoria será fixada pela Assembléia-Geral, observadas as prescrições legais. Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração eleitos para a Diretoria farão jus, apenas, à remuneração do cargo de Diretor. Art.36 - Compete privativamente à Diretoria, como órgão executivo da administração superior do BANCO: I - executar a política geral fixada pelo Conselho de Administração para os negócios do BANCO; II - fazer cumprir as diretrizes e as normas gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para a organização, administração e controle da Sociedade; III - submeter à aprovação do Conselho de Administração, ao final de cada ano, o Planejamento Global do Banco e seu Orçamento-Programa, que, aprovados pelo Conselho de Administração, deverão orientar a política do BANCO no exercício subseqüente; IV - autorizar a celebração de Acordos, Contratos e Convênios com: a) Distrito Federal e Entidades de seu Complexo Administrativo; b) Governos Estaduais e Entidades de seus respectivos Complexos Administrativos; c) a União, suas Entidades de Administração Direta e Indireta, em especial com seus Agentes Financeiros, Bancos e Agências de Desenvolvimento Econômico e Social; d) Entidades e Organismos Internacionais. V - autorizar operações ativas quando o seu valor for superior a 1.250 (mil duzentas e cinqüenta) vezes o Maior Valor de Referência em vigor no País; VI - autorizar a emissão de letras hipotecárias na forma da lei; VII - fixar as taxas de juros e comissões nas operações ativas e passivas do BANCO, observadas as prescrições legais e regulamentares emanadas do Conselho Monetário Nacional; VIII - convocar a Assembléia-Geral, na forma da lei, se o Conselho de Administração deixar de fazê-lo em tempo hábil, ou para impugnar decisão do mesmo Conselho que seja contrária aos interesses da Sociedade ou em desacordo com a lei ou com o presente Estatuto; IX - distribuir e aplicar os lucros apurados em balanços semestrais, observando-se as disposições legais e estatutárias; X - autorizar a concessão de empréstimos, doação de recursos, bens ou serviços a sociedades civis sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, social, recreativo, cultural ou assistencial; XI - autorizar alienação, oneração e locação de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio do BANCO, assim como a aquisição e/ou construção de outros que venham a integrá-lo; XII - aprovar ou alterar o Regimento Interno do BANCO; XIII - aprovar a regulamentação interna do BANCO, definindo a competência e as atribuições dos Diretores, a organização das Carteiras e dos Serviços Especiais, fixando a dotação da Carteira de Desenvolvimento, destacada do capital e reservas líquidas; XIV - aprovar os Manuais de Administração e de Serviços do BANCO; XV - fixar os quadros e a remuneração do pessoal do BANCO e decidir sobre a criação e a extinção de Cargos ou funções, bem como sobre a contratação ou requisição de pessoal em regime especial; XVI - autorizar a nomeação e a destituição de Correspondentes do BANCO; XVII - conceder licença, até 60 dias, ao Diretor-Presidente e autorizar seu afastamento até igual período; XVIII - aceitar a justificação por motivo de força maior a que se refere o § 2º do art. 32, deste Estatuto; XIX - resolver os casos de natureza urgente que consultem os interesses do BANCO; XX - apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, relatório circunstanciado de sua gestão e as demonstrações financeiras reguladas na Lei das Sociedades Anônimas, os quais terão parecer do Conselho Fiscal e serão submetidos à Assembléia Geral Ordinária. Art. 37 - As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate. Art. 38 - A Diretoria reunir-se-á na sede do BANCO, ordinariamente, 1 (uma) vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocada pelo Diretor-Presidente ou pela maioria de seus membros, e com a presença de, pelo menos 4 (quatro) Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente ou seu substituto designado na forma estabelecida neste Estatuto. Art. 39 - Perde o Cargo o Diretor que deixar o respectivo exercício por mais de 30 (trinta) dias, sem licença. Parágrafo Único - As licenças e os afastamentos até 60 (sessenta) dias, ao Diretor-Presidente, serão concedidas pela Diretoria; as licenças e os afastamentos, até esse mesmo período, aos demais Diretores, pelo Diretor-Presidente. Acima desse limite, compete ao Conselho de Administração concedê-las. Art. 40 - Ao Diretor-Presidente compete: I - representar o BANCO, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, podendo para tal fim delegar competência ou outorgar mandato; II - superintender e dirigir os negócios do BANCO, de acordo com as diretrizes e normas fixadas pelo Conselho de Administração, exercitando todos os poderes conferidos no Estatuto ou em Resoluções do Conselho de Administração, mesmo os delegados a quaisquer outros membros da Diretoria ou da competência destes; III - conceder licença, até 60 (sessenta) dias, aos membros da Diretoria, e autorizar o afastamento dos mesmos até igual período; IV - suspender a execução de decisões da Diretoria, podendo determinar novo exame ou recorrer ao Conselho de Administração; V - admitir, nomear, remover, promover, punir e demitir empregados, conceder-lhes licença, abonar-lhes faltas, podendo delegar poderes a outros membros da Diretoria, salvo quando se tratar de admissão, nomeação, promoção ou demissão; VI - autorizar a realização de operações que excederem a alçada fixada para os Diretores; VII - outras tarefas definidas na regulamentação interna aprovada pela Diretoria: Art. 41 - Compete aos demais Diretores dirigir as atividades de suas respectivas Carteiras nos termos definidos na regulamentação interna aprovada pela Diretoria (inciso XIII do art. 36, deste Estatuto). Capítulo VI - DO CONSELHO FISCAL - Art. 42 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3(três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro-fiscal, eleitos anualmente pela Assembléia-Geral, sendo que na forma da lei, um dos seus membros e respectivo suplente serão eleitos pelos acionistas minoritários, podendo ser reeleitos. § 1º - Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal os membros dos órgãos de administração e empregados do BANCO ou de sociedade por ele controlada ou do mesmo grupo, o cônjuge ou parente, até 3º grau, de administrador do BANCO, assim como as pessoas enumeradas nos §§ 1º e 2º do artigo 147 da Lei número 6.404, de 15 de dezembro de 1976. § 2º - Na eleição do Conselho Fiscal a Assembléia-Geral indicará nominalmente os membros efetivos e os respectivos suplentes. § 3º - No Conselho Fiscal, um dos membros efetivos e o seu respectivo suplente serão obrigatoriamente funcionários da Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal. § 4º - A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho de Administração. § 5º - No caso de vacância do cargo ou impedimento temporário, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente: § 6º - Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria em que se devam discutir e votar matérias sobre as quais lhes caiba emitir parecer (Lei 6.404/76, Art. 163, II, III e VII). Art. 43 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei das Sociedades por Ações. Art. 44 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembléia-Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros. Parágrafo Único - A remuneração a que se refere este artigo será mensal e corresponderá a todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias. Art.45 - O Conselho Fiscal reunir-se-á: I - uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balancetes e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por lei ou pelo presente Estatuto; II - quando convocado pelo Conselho de Administração, para apresentar, na forma da lei e deste Estatuto, parecer sobre os negócios e operações sociais realizados em cada semestre do exercício em que servir; III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da lei e deste Estatuto. Capítulo VII - DO PESSOAL DO BANCO - Art. 46 - O BANCO disporá, para execução de seus serviços, de pessoal admitido em seus quadros mediante processo de seleção definido nas normas e manuais respectivos: § 1º - O ingresso nos cargos de carreira far-se-á, exclusivamente, por concurso público, de provas ou de provas e títulos. § 2º - A Diretoria poderá autorizar a contratação ou a requisição de pessoal em regime especial. § 3º - Os cargos em Comissão e as Funções Gratificadas serão providos, por indicação do Diretor competente, mediante ato do Diretor-Presidente. Art.47 - O Orçamento-Programa do BANCO destinará, anualmente, recursos para atender ao treinamento e ao aperfeiçoamento de seus empregados. § 1º - A Diretoria poderá conceder incentivos, estímulos e facilidade à promoção sócio-cultural-educacional de seus empregados. § 2º O patrocínio pelo BANCO, de Cursos, Seminários e outros eventos culturais de real interesse para a formação e o aperfeiçoamento funcional de seus empregados, deve possibilitar a participação do maior número possível de empregados que tenham condições de acompanhá-los, sem prejuízo de suas atividades normais. Capítulo VIII - DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Art. 48 - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro e terminando a 31 de dezembro do mesmo ano. Art.49 - Ao fim de cada semestre, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do pa

trimônio do BANCO e as mutações ocorridas no período: I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do semestre ou do exercício, conforme seja o caso; e IV - demonstração das origens e aplicações de recursos. Parágrafo Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto - de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária. Art. 50 - Do resultado do semestre, apurado na forma da Lei das Sociedades por Ações, serão deduzidos, sucessivamente e nessa ordem: I - os prejuízos acumulados, se houver; II - a provisão para o imposto sobre a renda; III - do saldo remanescente, parcela para participação dos empregados, até 30 % (trinta por cento) da soma dos dividendos, mais as reservas globais destinadas a aumento de capital no semestre, ressalvado o que preceitua o parágrafo 4º deste artigo e desde que distribuídos aos acionistas dividendos mínimos de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $G = Rm \times \frac{N}{6} \left(5 - \frac{7}{100 \times \frac{Sr}{C}} \right)$ sendo: Rm = remuneração média percebida no período do balanço; N = número de meses de vinculação de trabalho à Sociedade, dentro do período a que se refere o balanço; desprezadas as frações inferiores a 15 (quinze) dias; Sr = saldo remanescente após a dedução definida no inciso II; C = capital integralizado à data do encerramento do balanço. IV - do saldo remanescente, respeitado o que preceitua o § 5º deste artigo, parcela para participação dos administradores, de acordo com o previsto no § 1º do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, igual ao menor dentre os seguintes valores: a) honorários semestrais dos administradores; b) 0,1 (um décimo) do saldo remanescente após a dedução definida no inciso III; V - o saldo que remanescer, após as deduções enumeradas nos incisos de I a IV, será, na forma da lei, o Lucro Líquido do semestre e terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 2 % (dois por cento) para a Reserva de Risco em Operações de Câmbio, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; c) 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, destinados a dividendos e Fundos de Aumento do Capital; d) o saldo remanescente do Lucro Líquido ficará à disposição da Assembléia-Geral. § 1º - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do Lucro Líquido anual, serão distribuídos sob a forma de dividendos aos acionistas. § 2º - Somente quando for destinado aos acionistas um dividendo igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, poderá ser distribuída a parcela prevista no inciso IV. § 3º - A Diretoria colocará à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação dos Balanços semestrais de junho e dezembro, os dividendos por distribuição de lucros. § 4º - Em nenhuma hipótese a gratificação dos empregados do BANCO, prevista no inciso III, deste artigo, poderá exceder a 4 (quatro) vezes a remuneração mensal fixa. § 5º - A participação, no lucro, de cada Administrador, não poderá ultrapassar o total dos honorários recebidos no semestre. Art. 51 - A Assembléia-Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do Lucro Líquido à formação de Reservas para Contigências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado. Parágrafo Único - A proposta deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva. Art. 52 - Os balanços semestrais serão levantados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e consolidados em um Balanço Geral do Exercício, o qual deverá apresentar as mesmas demonstrações financeiras a que se refere a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 49 deste Estatuto. Capítulo IX - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 53 - As disposições sobre a elaboração das demosntrações financeiras preconizadas pela Lei nº 6.404/76 serão observadas a partir do exercício social que se iniciar no dia primeiro de janeiro de 1978. § 1º - A apresentação, nas demonstrações financeiras, de valores do exercício anterior (art. 176, § 1º, da Lei nº 6.404/76), será obrigatória a partir do balanço do exercício social subseqüente ao referido neste artigo. § 2º - A elaboração e publicação de demonstrações financeiras consolidadas somente serão obrigatórias para os exercícios iniciados a partir do dia primeiro de janeiro de 1978. Capítulo X - DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 54 - O BANCO, nos termos do artigo 242 da Lei das Sociedades por Ações, não está sujeito a falência, mas seus bens são penhoráveis e executáveis. Parágrafo Único - O Distrito Federal responde, subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pelo BANCO. Art. 55 - A qualquer pessoa serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros de "Registro de Ações Nominativas" e de "Transferências de Ações Nominativas". Parágrafo Único - Pelas certidões requeridas o BANCO poderá cobrar o custo dos serviços. Art. 56 - A perda de 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social determinará a dissolução do BANCO pelo Banco Central do Brasil, na forma do artigo 45 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Art. 57 - Os Administradores do BANCO, ou ao menos um deles; os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles; e o Auditor Independente, se houver, deverão estar presentes às Assembléias-Gerais para atender a pedidos de esclarecimentos de acionistas. Parágrafo Único - Os Administradores não poderão votar, quer como acionistas quer como procuradores, os Relatórios Anuais (ou semestrais) e as respectivas demonstrações financeiras." Submetendo a matéria constante da proposta à apreciação da Assembléia, esclareceu o Senhor Presidente, no tocante à reforma estatutária e à criação da Carteira de Desenvolvimento: a necessidade, em face da lei, da primeira ; e, a viabilidade e conveniência, da segunda. A seguir, consultou o plenário sobre a possibilidade de dispensar-se, ou não, a leitura do texto do Estatuto reformado. Com a palavra, o Dr. Javert de Araújo Gribel, representante da Construtora Rabello S.A., ao fundamento de que a reforma estatutária resultou de estudo paciente, consciencioso e profundo, com a participação, inclusive, do Dr. Procurador-Geral do Distrito Federal, opinou no sentido de que a leitura de seu texto fosse dispensada, no que foi acompanhado pela Assembléia. A seguir, pelo Dr. Procurador-Geral do Distrito Federal, na qualidade de representante do acionista controlador, foi dito que, em consideração à exposição de motivos da Diretoria e dos estudos levados a efeito pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, se manifestava favoravelmente à aprovação do novo Estatuto do BANCO, por entender constituir instrumento hábil à compatibilização da entidade com os princípios, normas e regras da nova Lei das Sociedades por Ações, ainda, para o atendimento do objetivo maior da entidade, qual seja promover o desenvolvimento da área geo-econômica do Distrito Federal, em boa hora, criando sua Carteira de Desenvolvimento. Não havendo quem, ainda, quisesse fazer uso da palavra sobre a matéria foi a proposta, para reforma estatutária, transformação das Diretorias de Crédito Rural e de Crédito Industrial na Diretoria da Carteira de Desenvolvimento e criação da Diretoria Financeira, votada e aprovada à unanimidade. Em prosseguimento aos trabalhos, passou-se à letra "c" da pauta, relativa à eleição dos membros do Conselho de Administração. Esclareceu o Senhor Presidente que o referido Conselho foi criado em observância ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, ainda, que o Estatuto recém-aprovado, em seu artigo 23, fixava em 6 (seis) o número de seus membros, sendo 5 (cinco) indicados pelo acionista controlador (Governo do Distrito Federal) e 1 (um) indicado pelos acionistas minoritários, dentre os primeiros constando os nomes do Presidente do Conselho e de seu Vice-Presidente que serão, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor-Administrativo do Banco. Pede a palavra o Dr. Procurador-Geral do Distrito Federal, representante do acionista controlador, e indica o nome do Dr. HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 88.584 - DFSP-DF, CIC nº 000002801, residente e domiciliado no SHI/Sul - QI 2/9, casa 6 em Brasília - Distrito Federal, para Presidente do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A.; o do Dr. LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 59893 SP Ceará, CIC nº 074524541, residente e domiciliado na SQS 114, Bloco "D", Aptº 202 em Brasília - Distrito Federal, para Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A.; o do Dr. JOSÉ ALVES COUTINHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 442.192 - SSP-DF, CIC nº 031932417/68, residente e domiciliado na SQS 316, Bloco "F", Aptº 302 em Brasília - Distrito Federal, para membro do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A.; o do Dr. ANTÔNIO AVANCINI FRAGOMENI, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 114.672 SSP-RGS, CIC nº 091565267, residente e domiciliado na SQS 111, Bloco "F", Aptº 103 em Brasília - Distrito Federal, para membro do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A.; o do Dr. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 612.641, Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, CIC nº 014409197, residente e domiciliado na SQS 111, Bloco "F", Aptº 404 em Brasília - Distrito Federal, para membro do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A.. Submetidos os nomes indicados à votação da Assembléia, foram os mesmos eleitos por unanimidade. Antes de proceder-se à eleição do Conselheiro representante dos acionistas minoritários, esclareceu o Senhor Presidente que para ser candidato constituia condição indispensável a qualidade de acionista regularmente inscrito no "Livro de Registro de Ações" do Banco. Esclareceu, ainda, ser considerado eleito o candidato que reunisse maior número de votos, computando-se para cada ação um voto. Explicou, ademais, que o representante do acionista controlador não teria direito a voto, nesta eleição do Conselheiro representante dos acionistas minoritários, nos termos do § 2º do artigo 23 do Estatuto. O Senhor Presidente esclareceu, por oportuno, haver a possibilidade do exercício do direito de voto a procuradores constituídos mediante mandato com poderes expressos e revestido das formalidades legais. Foram designados escrutinadores

os acionistas Wilson Batista Ferreira e Lilian Ceres Arnet Saraiva . Procedida a eleição, contados os votos, elegeu-se, com 2.803.523 (dois milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e vinte e três) votos, o acionista FERDIMANDO CERQUEIRA, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 610 CRC-DF, CIC nº 004380221/49, residente e domiciliado na SQS 108, Bloco "B", Aptº 306 em Brasília - Distrito Federal, para membro do Conselho de Administração do Banco Regional de Brasília S.A., representando os acionistas minoritários. A seguir, em cumprimento à letra "d" da "Ordem do Dia", por proposta do representante do acionista controlador, aprovou a Assembléia a remuneração no valor de Cr$2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros)bimestralmente, para os membros do Conselho de Administração e, ainda a participação nos lucros, proporcional à remuneração bimestral referida, observadas as disposições estatutárias a respeito. Prosseguindo-se em obediência à letra "e" da "Ordem do Dia", realizou-se a eleição dos membros do Conselho Fiscal. Antes porém, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário fizesse a leitura da correspondência que lhe dirigiram os atuais membros efetivos e suplente do Conselho Fiscal,formalizando pedido de renúncia. O Senhor Secretário leu o aludido documento que abaixo se transcreve: " Ilmº Sr. Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira DD. Diretor -Presidente do Banco Regional de Brasília S.A. Senhor Presidente, Temos a honra de comunicar a V.Sa. que os membros efetivos e os membros suplentes do Conselho Fiscal do Banco Regional de Brasília S.A., infra-assinados, Ronald Barcellos Silva, brasileiro, casado, advogado; Dario Osvaldo Garcia, brasileiro, casado, servidor público; Maria do Perpétuo Socorro Bogéa dos Santos, brasileira, casada, servidora pública; Carlos Odorico Vieira Martins, brasileiro, casado, advogado; José Ribamar da Costa Amorim, brasileiro, desquitado, advogado e José Maria Freire, brasileiro, casado, economista, eleitos pela 11a. Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 1977, tendo em vista a próxima realização de Assembléia Geral Extraordinária para reforma do Estatuto Social do Banco (adaptação à nova Lei das Sociedades Anônimas); e considerando que de acordo com a nova Lei a composição do Conselho Fiscal deve contar com um representante efetivo e seu respectivo suplente eleitos pelos acionistas minoritários (art. 240 da Lei nº 6.404/76), resolvem renunciar coletivamente a seus respectivos cargos de forma que a Assembléia Geral Extraordinária possa, sem maiores dificuldades, eleger um Conselho Fiscal cuja composição atenda ao novo comando legal . Com as nossas homenagens rogamos fazer chegar ao conhecimento da Assembléia Geral Extraordinária a renúncia ora formalizada. Brasília-DF, 21 de junho de 1977. Ronald Barcellos Silva - Dario Osvaldo Garcia - Maria do P. Socorro B. Santos - Carlos Odorico Vieira Martins - José Ribamar da Costa Amorim - José Maria Freire." Com a palavra, o representante do acionista controlador submeteu à Assembléia os nomes dos senhores RONALD BARCELLOS SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 620 OAB-DF, CIC nº 000794481, residente e domiciliado na SQS 110, Bloco "C" , Aptº 204 em Brasília - Distrito Federal e DARIO OSVALDO GARCIA, brasileiro, casado, servidor público , portador da Carteira de Identidade nº 154.420 DFSP-DF, CIC nº 010944751, residente e domiciliado na QNA 35 , Lote 34 - Taguatinga - Distrito Federal, CARLOS ODORICO VIEIRA MARTINS, brasileiro, casado, advogado , portador da Carteira de Identidade nº OAB/DF 421/69 e OAB/MG 8357, residente e domiciliado na SQS 112, Bloco "A", Aptº 304 em Brasília-Distrito Federal e GILBERTO ALVES NERY, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 95.928 DFSP-DF, CIC nº 002239641 , residente e domiciliado na QE 15, Conjunto "J", casa 24 , Guará II-Distrito Federal, respectivamente, para membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal do Banco, tendo sido, à unanimidade, eleitos pela Assembléia. Foi realizada a seguir a eleição do membro efetivo e suplente, representante dos acionistas minoritários no Conselho Fiscal, nos termos do artigo 42 do Estatuto. Para escrutinadores foram convidados os acionistas Wilson Batista Ferreira e Lilian Ceres Arnet Saraiva.Feita a apuração dos votos foram proclamados eleitos, ambos com 2.803.523 (dois milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e vinte e três)votos, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS, brasileira, casada, servidora pública, portadora da Carteira de Identidade nº 47.845 SSP-MA , CIC nº 144.819.361, residente e domiciliada na Rua dos Engenheiros nº 8 - Acampamento Pacheco Fernandes - Vila Planalto em Brasília - Distrito Federal, e JOSÉ MARIA FREIRE, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 092.095 -SSP-DF, CIC nº 003.274.171, residente e domiciliado na SQS 210, Bloco "E", Aptº 401 em Brasília - Distrito Federal, respectivamente, membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal. Passando a letra "f" da "Ordem do Dia", solicitou o Sr.Presidente fosse lido pelo Secretário expediente da Diretoria do Banco a respeito de doações feitas, no primeiro semestre de 1977, a diversas - Instituições. O Sr. Secretário procedeu à leitura do referido documento, com a seguinte redação:"Brasília, 21 de junho de 1977. Senhores Acionistas: Como empresa de fins lucrativos, o BRB sofre os naturais assédios de entidades assistenciais, que aqui buscam auxílio para suas elogiáveis atividades. O atendimento de parte dessas reinvidicações , sempre sob critérios de alta seletividade, muitas vezes se impõe em razão da importância e seriedade do empreendimento, revertendo indiretamente em benefício da própria empresa, cujos objetivos devem estender-se além do lucro puro e simples. Há que considerar, ainda, o fato de que, muitas vezes, as obras assistenciais atendidas estão diretamente ligadas aos interesses do próprio Governo do Distrito Federal, como são os casos das Colônias de Férias para crianças, no princípio do ano, das promoções da Casa do Candango e de similares. Até o momento, o Estatuto do Banco Regional não incluia dispositivo específico que legitimasse tais doações. Os empreendimentos atendidos tinham o respaldo único dos critérios de rigor impostos pela Diretoria, face à eventual necessidade de amparar promoções do profundo sentido social, do interesse da coletividade. Por outro lado, em data recente, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, apreciando procedimentos anteriores, sugeriu que, em casos desta natureza, fossem os fatos concretos submetidos à homologação da soberana Assembléia dos Acionistas, para suprir o silêncio estatutário. Tendo isso em consideração, submetemos aos senhores acionistas, com a sugestão de que sejam aprovadas, as contas relativas a Donativos e Doações ocorridos no semestre que se finda e constantes da relação anexa, no valor global de Cr$ 161.180,33. HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Diretor-Presidente, LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE - Diretor, LUÍS FELIPPE CORRÊA DE AZEVEDO - Diretor , HOMERO FERRO VALLE -Diretor, CID DÓRIA LEAHY - Diretor, JURACI CANDEIA DE SOUZA - Diretor. " Submetida a matéria à apreciação da Assembléia, o Dr. Procurador Geral do Distrito Federal, representante do acionista controlador, ao fundamento de que as doações de que se trata tiveram alta finalidade social, opinou no sentido de sua homologação, aliás, em cumprimento a exigências do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a respeito. O Dr. Javert de Araújo Gribel, secundando as palavras do Dr. Procurador- Geral do Distrito Federal, asseverou que as doações e donativos, em apreço , dado o alto espírito social das entidades beneficiárias, foram elogiavelmente, destinados. Não havendo mais quem quisesse pronunciar-se a respeito, decidiu a Assembléia, à unanimidade, homologar as doações e donativos em referência. A seguir, o Sr. Presidente deu conhecimento à Assembléia das operações realizadas para aquisição de imóveis, constando de lojas do Conjunto Nacional de Brasília, para instalação da Agência Central do Banco; e de loja com subsolo e sobreloja na cidade do Rio de Janeiro, para instalação de futura agência do Banco, ao preço, respectivamente, de Cr$14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) e Cr$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros). Com a palavra o Dr. Javert de Araújo Gribel, representante do acionista Construtora Rabello S.A., tecendo considerações quanto às áreas adquiridas, suas localizações e o preço correspondente ao metro quadrado de cada uma, concluiu elogiando a Diretoria do Banco pelas aquisições, porque, além de necessárias, o foram por preço abaixo dos normalmente vigentes nas referidas praças de Brasília e do Rio de Janeiro. o Dr. Procurador- Geral do Distrito Federal dirigiu-se aos senhores Acionistas elogiando-lhes, e especialmente ao Presidente da Assembléia, a forma cordial com que se houveram no decorrer dos trabalhos. Agradecendo a presença de todos, finalmente augurou aos Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, eleitos, os melhores êxitos no cumprimento dos respectivos mandatos. Encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente por sua vez, agradeceu a presença do Dr. Procurador-Geral do Distrito Federal, representante do acionista controlador, bem como a do Dr. Javert de Araújo Gribel , representante da segunda principal acionista do Banco, Construtora Rabello S. A., e a dos demais acionistas presentes. Em nome da Diretoria e no seu próprio, externou a satisfação pelas considerações expendidas pelo Dr. Javert de Araújo Gribel a respeito das aquisições dos imóveis, sobretudo em face da importância de que se revestem, partindo de quem, por todos os títulos, é autoridade no assunto. Finalmente, congratulou-se com os Conselheiros e membros do Conselho Fiscal recém-eleitos, a todos desejando os melhores sucessos no desempenho de suas tarefas. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão, solicitando a mim, José Orlando Portugal, Secretário da reunião, que dela lavrasse a ata que assino com os demais membros da mesa.

HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Presidente

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Distrito Federal

JOSÉ ORLANDO PORTUGAL
Secretário

CONSTRUTORA RABELLO S.A.
Acionista

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 1977, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, presentes, de um lado, o TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Presidente, Conselheiro HERACLIO ASSIS DE SALLES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, do outro, o Senhor WARNER CARMO DONEGÁ, brasileiro, casado, portador do CIC nº 216.134.278- 91, residente e domiciliado à SQS 114, Bloco "F", Apartamento nº 102, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego ocorrido no dia 20 de janeiro de 1977, na pista que liga o Núcleo Bandeirante ao Gama, próximo ao retorno que dá acesso à Embaixada Americana, em que estiveram envolvidos os veículos Volkswagen, Kombi, placa DF- OF- 5115, pertencente ao TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, dirigido, na ocasião, pelo Senhor Valdi Luciano Luz, motorista contratado da Tabela de Empregos Temporários da Corte, e o veículo Mercedes Benz, Caminhão, placa DF-CM- 8165, de propriedade do Senhor WARNER CARMO DONEGÁ, conduzido, na oportunidade, pelo Senhor João Dias, conforme o que consta do processo nº 287/77, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O Senhor WARNER CARMO DONEGÁ, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo- se a: 1) não pleitear em juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente pacto; 2) pagar o dispêndio efetuado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL com o conserto do seu veículo, no valor de Cr$ 4.100,20 (quatro mil e cem cruzeiros e vinte centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula será paga diretamente ao TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - para recolhimento aos cofres do Governo do Distrito Federal - pelo Senhor WARNER CARMO DONEGÁ, em 8 (oito) prestações mensais e sucessivas, representadas por 8 (oito) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 600,20 (seiscentos cruzeiros e vinte centavos), e as demais no valor de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), cada, vencendo a primeira no dia 5 de agosto de 1977 e a última no dia 6 de março de 1978.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo- se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário em relação ao fato que deu origem à presente Transação.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os débitos para com o Distrito Federal que decorrem do presente Termo, caso não sejam saldados, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Senhor WARNER CARMO DONEGÁ, expirando após o total cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA

É competente o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução ou da interpretação do presente instrumento.

E, estando assim justos e de acordo, assinam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas abaixo:

HERACLIO ASSIS DE SALLES, WARNER CARMO DONEGÁ; Testemunhas: LEILA MARQUES CINTRA E SILVA; ADAIR ALVES

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL
AVISO

Encontra - se à disposição das firmas interessadas, na Divisão de Material da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, sita na Quadra 5, lotes 2/7, Setor de Garagens Oficiais, fones 223.1253 e 224.4623, o Edital de Tomada de Preços nº 04/77 - CPL/SEP, referente a aquisição de pneumáticos e câmaras de ar em geral, destinados à frota de veículos da Secretaria de Segurança Pública do DF.

A abertura das propostas realizar - se - à às 15:00 horas do dia 29 de julho de 1977.

NEI DE CASTRO MUNIZ - Bel
Diretor da Divisão de Material

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TURISMO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/77 - DETUR -
PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços, destinada à aquisição de material elétrico que o Departamento de Turismo fará realizar às 15:00 horas do dia 03 de agosto de 1977, no 3º andar do Ed. Anexo do Palácio do Buriti, Sala de Reuniões. O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em pauta, poderão ser adquiridas na Seção de Material do DETUR, no local acima citado.

Brasília, 18 de julho de 1977
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

AVISO DE EDITAL Nº 12/77 - IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, leva ao conhecimento dos interessados que colocará em LICITAÇÃO PÚBLICA lotes para Residência, Comércio, Indústria Hotel e Mansão, no PLANO PILOTO e CIDADES SATÉLITES, obedecidas as condições do EDITAL Nº 12/77 - IMÓVEIS, afixado no 3º andar do Edifício ASCB, localizado na Quadra 06 - Bloco "L" do Setor de Autarquias Sul, onde poderão obter exemplares ou maiores informações. As propostas deverão ser entregues entre 08:00 e 09:00 horas do dia 19 (DEZENOVE) de AGOSTO de 1 977, no 1º andar do Edifício supra e a abertura das mesmas será realizada após o encerramento dos trabalhos relativos à primeira etapa (recebimento das propostas). O depósito da CAUÇÃO não poderá ultrapassar o horário de 16:00 horas do dia 16 (DEZESSEIS) de AGOSTO de 1 977. As Guias de Recolhimento da caução podem ser encontradas em qualquer AGÊNCIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A e também no 1º subsolo onde funciona a Tesouraria da TERRACAP.

Brasília, 18 de julho de 1977

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
TAXIS NOTIFICADOS POR INFRAÇÕES AO ANEXO II DO
REGULAMENTO APROVADO PELA PORTARIA Nº 009, DE 24./04/75.
PLACAS

TX - 0050 - 0137 - 0195 - 0198 - 0225 - 0231 - 0238 - 0275 - 0324 - 0355 - 0425 - 0436 - 0459 - 0464 - 0553 - 0590 - 0673 - 0697 - 0822 - 0853 - 0908 - 0931 - 0973 - 0976 - 1338 - 1386 - 1409 - 1440 - 1669 - 1680 - 1876 - 2061 - 2087 - 2111 - 2117 - 2130 - 2180 - 2371 - 2419 - 2488 - 2532 - 2542 - 2612 - 2702 - 2804 - 2832 - 2947 - 2955 - 2962 - 3032 - 3205 - 3226 e 3373.

Brasília - DF, 15 de julho de 1977

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA DATILÓGRAFO

AVISO Nº 062/77- IDR

Ficam convocados os candidatos inscritos no referido Concurso para Vista de Prova.

DATA: 26 de julho de 1977
HORÁRIO: 14h 30min às 17 h 30 min
LOCAL: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos- IDR, Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 01.

OBS: Os candidatos deverão trazer Cartão de Identificação e Carteira de Identidade.

Brasília, 14 de julho de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº 16/77 - CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, pelo presente convoca o (s) abaixo (s) relacionado (s) ou em sua falta o seu representante legal, para comparecerem à Divisão de Cadastro Financeiro do Governo do Distrito Federal, localizada no Edifício Brasília, 10º andar, no horário das 14:00 às 16:00 horas, a fim de recolherem aos seus cofres a importância a seguir indicada ou apresentarem recursos tudo no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo:

MATRICULA:	LOTAÇÃO	NOME	PROCESSO	VALOR
05666	SES	José Manoel de Siqueira	018800/77	Cr$ 8.694,16
17374	RA - IV	José Pacheco Teodoro Filho	007065/77	Cr$ 1.004,40
00543	SEA	Manoel Birro Sobrinho	017180/77	Cr$ 444,82

NOVO ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 7º andar.

Brasília, 18 de julho de 1977
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522, de 28 de dezembro de 1976.
Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
de 30.12.76.
Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.
Preço - Cr$ 20.00.